



1 **ATA DA 69ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO**
2 **PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos dez dias do mês de março de dois mil e
3 dezessete, as quatorze horas, na Sala da Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão
4 Preto da Universidade de São Paulo, em 1ª convocação, reúne-se a Congregação da Faculdade
5 de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a Presidência do Prof. Titular Umberto Celli Junior,
6 Diretor da Unidade, com a presença dos Professores Alessandro Hirata, Amâncio Jorge Silva
7 Nunes de Oliveira, Caio Gracco Pinheiro Dias, Camilo Zufelato, Fabiana Cristina Severi,
8 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Gustavo Assed Ferreira, Ignácio Maria Poveda Velasco,
9 Jair Aparecido Cardoso, Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua, Nelson Mannrich e Nuno Manuel
10 Morgadinho dos Santos Coelho e dos Representantes Discentes Lucas Vieira Carvalho e Yan
11 Bogado Funck. Presente, também, a Sr^a. Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco, Assistente
12 Técnica Acadêmica, para secretariar a reunião, bem como a Assistente Financeira Gisele
13 Cristina dos Santos que fará uma apresentação sobre a execução orçamentária da Unidade.
14 Justificaram suas ausências, os Professores Giselda Fernandes Hironaka, José Lino Oliveira
15 Bueno, Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. Havendo número legal, o Sr. Diretor, comenta que
16 todo começo de ano realiza um prestação de contas e apresenta o orçamento da Faculdade de
17 Direito de Ribeirão Preto para o ano de 2017. Enaltece o primoroso trabalho realizado pela
18 Assistente Financeira Gisele Cristina dos Santos, que ao longo do tempo aperfeiçoou de
19 maneira impressionante a transparência da execução orçamentária. Esclarece que, hoje, a
20 Faculdade tem todas as despesas executadas no próprio site, há também todas as receitas
21 auferidas pela Faculdade, inclusive aquilo que foi uma reivindicação dos membros da
22 representação discente, em relação às receitas auferidas pelos cursos de especialização.
23 Considera que a servidora merece todos seus encômios e elogios por esse trabalho primoroso.
24 Pede à servidora que apresente um relatório. A **Assistente Acadêmica Gisele Cristina dos**
25 **Santos** inicia sua apresentação conforme anexo 1 desta Ata. O **Prof. Titular Nelson Mannrich**
26 **observa** que o item treinamento aparece como despesas, e considera isso um absurdo, pois
27 deveria ser classificado com investimento, além de que o valor destinado é o menor de todos,
28 diz que é algo que não consegue entender. Pergunta qual o valor dado ao servidor se reservam
29 a menor verba, e devolvem metade. Diz que sua preocupação, na área de Direito do Trabalho, é
30 a formação do trabalho, investir no capital humano, e vê que a Universidade não dá valor
31 algum para esse assunto e comenta que fica preocupado com isso. O **Sr. Diretor esclarece** que
32 destinaram R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para o mestrado, onde havia em torno de



33 R\$15.000,00 (quinze mil reais) em caixa. Esclarece, ainda, que não foram realocados recursos
34 para a Comissão de Graduação, não foram totalmente gastos, e devem examinar exatamente
35 quais serão as necessidades da Graduação. A **Prof^ª Dr^a Fabiana Cristina Severi considera**
36 que todos acompanharam como a Comissão de Cultura e Extensão Universitária foi impactada
37 por todo o debate dos cursos de especialização e desde agosto do ano passado colocou a esta
38 Congregação a sugestão de votar a possibilidade da destinação de 1% dos valores dos cursos
39 para que a comissão possa ter recurso para um palestrante, ajudas com transporte. Comenta
40 que a Comissão de Cultura e Extensão Universitária não tem recursos próprios, e reitera que
41 fizeram a solicitação para que fosse obtido esse recurso no ano passado, e os oito cursos de
42 especialização foram aprovados sem essa previsão de 1%, os departamento não fizeram
43 alocação de recursos para a Comissão de Cultura e Extensão Universitária, das cotas que
44 recebem dos cursos. Pede que seja considerado esse recurso para a comissão para que possam,
45 esse ano, desempenhar as atividades de implantação do novo Projeto Político Pedagógico. O **Sr.**
46 **Diretor diz** que vão considera esse assunto, pois terão que discutir ainda o montante a ser
47 repassado para a Comissão de Graduação. O **Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz**
48 que gostaria que a Faculdade investisse não somente na saída de docentes e discentes, mas
49 também na entrada de docentes e discentes estrangeiros. Comenta que a Faculdade tem usado
50 quase que a integralidade de seus recursos para envio de professores a eventos com custos
51 altíssimos, como o Conpedi, que, muitas vezes, não tem trazido resultados mais generalizados
52 para a Unidade. Sugere que no repasse dessas verbas se fizesse ao menos um condicionamento
53 de algum evento internacional na Faculdade. Considera que estão carentes de eventos
54 internacionais e de pesquisa na Faculdade. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato comenta**, na linha do
55 que o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos disse, que no âmbito do Departamento de
56 Direito Privado e de Processo Civil aprovaram uma normativa de utilização do resultado
57 financeiro da primeira edição do seu curso de especialização. Esclarece que bloquearam os
58 percentuais que deverão ser utilizados para eventos na Unidade e eventos fora. Esclarece,
59 ainda, que de toda mobilidade e eventos, já existe uma verba específica para os que são
60 realizados na Unidade. Sugere a estas duas comissões que dividam esses valores para que
61 tenham um percentual fixo para eventos na Unidade. O **Prof. Associado Gustavo Assed**
62 **Ferreira considera** que as intervenções feitas em boa hora pelo Prof. Associado Thiago
63 Marrara de Matos e pelo Prof. Dr. Camilo Zufelato, em alguns pontos se fazem importantes.
64 Comenta que, de fato, tentam atrair a maior quantidade de docentes brasileiros e estrangeiros,



65 pois não há uma vinculação absoluta de qualidade do docente de acordo com sua
66 nacionalidade. Considera que essa interação no campo do direito, com docentes de outras
67 sistemas jurídicos é muito salutar. Pontua bem para a Capes, mas devem levar em conta,
68 também que esses docentes vem, em grande medida, para trocar experiências com a
69 comunidade acadêmica da Faculdade. Considera que o ponto principal é trazer docentes de
70 qualidade, o que tem sido feito nesses quase três anos de experiência da Comissão de Pós-
71 Graduação. Considera que o Conpedi continua sendo o principal foro de debates de pós-
72 graduação no Brasil. Esclarece que não se trata de um evento de área, e até por isso pontua de
73 maneira exclusiva, com trinta pontos, na linha de eventos da Capes, é muito bem administrado
74 e coordenado pelos Professores Juliano e Eurides, e tem servido aos docentes da casa para que
75 possam realizar trocas de experiências e contatos bastante relevantes no cenário nacional
76 brasileiro do Direito. Lembra que tiveram muito docentes trazendo colegas para as bancas de
77 mestrado da Faculdade em contatos realizados, especificamente, nesses eventos. Comenta que
78 está, nesse momento, em uma espécie de voo final como presidente da Comissão de Pós-
79 Graduação, e a deixará no mês de setembro, mas gostaria de deixar um pedido público ao
80 colega que, porventura, venha a ser eleito como presidente dessa comissão, que continua
81 apoiando o Conselho Nacional de Pesquisa em Direito. Considera muito importante que a
82 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto continue se associando ao evento de maneira incisiva
83 ao principal foro de debates em Pós-Graduação em Direito no Brasil. O **Prof. Dr. Guilherme**
84 **Adolfo dos Santos Mendes diz** que gostaria de reforçar as palavras do Prof. Associado
85 Gustavo Assed Ferreira. Comenta que vão frequência aos eventos do Conpedi, e haverá uma
86 reunião muito importante esse ano, pois é o ano da avaliação e toda a Capes estará lá.
87 Considera muito interessante que fossem em peso, sobretudo, nesse evento no meio do ano em
88 Brasília. Comenta, com relação aos eventos, que precisam conversar, pois isso serve para todos,
89 pois tem batido muito nessa tecla, todos publicam muito em revistas, e gostam de ir em
90 eventos, mas a Capes tem o seu modelo próprio. Considera que devem criar uma rotina de
91 eventos, pois estes só começam a pontua depois de dois anos, e precisam seguir os critérios da
92 Capes. Lembra que no ano passado tiveram oito eventos organizados por professores do
93 programa de mestrado, com participação de professores externos. Comenta que existe um
94 quadro para que informem isso, e cita que realizaram esses eventos, mas na parte de
95 pontuação objetiva, nenhum desses eventos contou para nada. Considera que precisam
96 organizar os eventos dessa forma, assim como o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos que



97 tem se preocupado com sua revista e conseguiu sua classificação na Capes. Reforça que
98 precisam ter mais revistas, e está trabalhando para lançar um de Direito Tributário. A **Prof^a**
99 **Dr^a Fabiana Cristina Severi considera** que, em relação aos eventos, são coisas ricas, pois um
100 evento para ter anos de edição e pontuar tem que começar. Lembra que o ano passado teve um
101 evento realizados com recursos do Fundo Brasil de Direitos Humanos e um pouco da verba do
102 PET, como o Seminário Internacional de Gênero, Raça e Justiça. Lembra que foram realizadas
103 duas edições, e precisam investir na criação desses eventos, seguiu todas as regras necessárias
104 para que o evento pontuasse, mas não obteve recursos suficientes, e o evento aconteceu em
105 Brasília. Esclarece que essa mesma rede que montaram realizaram o evento lá. Comenta que
106 precisam desse apoio também, e outros eventos além do Conpedi também são evento que já
107 tem mais de cinco anos. Reitera que devem ser apoiados outros eventos, pois precisam apoiar
108 os eventos internos. O **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho**
109 **considera** que essa previsão orçamentária mostra uma distorção e certa injustiça distributiva
110 entre a Graduação e a Pós-Graduação. Comenta que em muitas faculdades que existem
111 Graduação e Pós-Graduação consolidadas, existe uma contenda entre os dois, defendendo que
112 é a melhor, e essa discussão, felizmente, nunca aconteceu nessa Faculdade. Diz que há uma
113 certa tradição na forma de distribuição dos recursos, que se repete aqui, e que espelha uma
114 distorção para qual gostaria de chamar atenção de todos para isso. Comenta que na Comissão
115 de Graduação, diante dos anúncios da grave restrição orçamentária, se dedicaram a gastar o
116 mínimo possível, e fizeram o maior esforço para não gastar, além do esforço de restringir seus
117 gastos para atividades que pudessem atingir o maior número de alunos. Considera que a
118 estratégia para isso é de privilegiar atividades que se desenvolvam na sala de aula, para que
119 diversifiquem suas atividades, para que outras atividades com custos tenham prioridade dos
120 recursos da Comissão de Graduação. Comenta que o resultado dessa política foi uma que
121 fecharam as torneiras aos alunos, e não puderam fazer nenhuma viagem no passado, e
122 continuarão sem poder fazer, pois os recursos são pequenos. Chama a atenção para o tamanho
123 da Graduação e o número de professores e alunos que tem em comparação com a Pós-
124 Graduação. Acredita que se essa divisão já fosse equânime já significaria um proporcional
125 reconhecimento da maior necessidade individual Pós-Graduação. Diz que esse assunto merece
126 ser repensado de modo fraterno, tendo em vista a necessidade dos alunos de graduação que
127 também são pesquisadores, que destaca a importância da Faculdade. Esclarece que o
128 professores que estão somente na graduação também pesquisam, e também precisam de



129 dinheiro para isso, e quase não há recurso para isso. Sugere que revisem isso, principalmente,
130 porque o novo Projeto Político Pedagógico prevê que as aulas não sejam somente expositivas,
131 quer novos métodos, que os alunos vão para a cidade, e que a cidade venha para dentro da
132 Faculdade. O **Sr. Diretor lembra** que há uma previsão inicial com base no que foi efetivamente
133 gasto no ano passado. Diz que quando anunciou a distribuição dos recursos, o Prof. Associado
134 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho defendeu a Comissão de Graduação e pleiteou
135 mais recursos, e foram aumentados. No entanto, esclarece que a comissão gastou pouco, pois
136 considerou que a verba era pequena, e na realidade quando avaliaram a situação, ponderou
137 com a Assistente Financeira, se alocassem mais recursos, mas sabiam se iriam gastar.
138 Considera que é preciso verificar a questão sob dois ângulos, pois disse que havia uma previsão
139 inicial com base no que foi gasto efetivamente e que o definitivo era para a Pós-Graduação.
140 Comenta que isso reflete a preocupação dessa gestão em prover, com todos os recursos, que
141 possam atingir uma meta que é a obtenção da nota 4 (quatro) para o curso de mestrado.
142 Comenta, ainda, que estão com uma situação na Graduação, relativamente bem consolidada,
143 ainda mais com o novo Projeto Político Pedagógico. Diz que a preocupação da direção em
144 investir na Pós-Graduação não significa que não houve a preocupação com a graduação.
145 Agradece os comentários do Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, mas
146 considera necessário fazer essas ressalvas. O **Sr. Diretor salienta** que, com relação a casa 4 do
147 *campus* de Ribeirão Preto, lutou bastante para a obtenção de recursos junto à Reitoria para que
148 pudessem reformar a casa e transformá-la no Centro de Práticas Jurídicas da Faculdade.
149 Esclarece que conseguiram os recursos suficientes para reformar a casa, para onde será
150 transferido o Cejusc e o Najurp. Ressalta que só estão aguardando a aprovação do edital para a
151 realização da licitação. O **Sr. Diretor** inicia a **Parte I. EXPEDIENTE. 1. Discussão e votação da**
152 **Ata da 68ª Sessão Ordinária da Congregação realizada em 2.12.2016.** Não havendo
153 **manifestações** contrárias, a ata é aprovada por unanimidade. **2. Comunicações do Sr**
154 **Diretor:** **a)** comunica com muita alegria que a Faculdade recebeu menção honrosa, um prêmio
155 concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, intitulado “Conciliar é legal”. Um reconhecimento
156 do Conselho Nacional de Justiça aos esforços relativos a medição e conciliação. Destaca que
157 apenas duas Faculdades de Direito em todo o Brasil receberam essa menção, que foram a
158 Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.
159 Considera ser motivo de muito orgulho para essa Faculdade, o recebimento desse prêmio.
160 Lembra que não pode ir a Brasília recebê-lo, pois havia reunião de dirigentes, no entanto a



161 Faculdade esteve representada pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva que inscreveu o
162 projeto da Faculdade para avaliação do CNJ. Cumprimenta todos aqueles que colaboraram na
163 apresentação do projeto e os fez receber mais esse prêmio, o que acrescenta sobre maneira a já
164 consolidada credibilidade e visibilidade nacional da Faculdade. **b)** outro fato bastante
165 celebrado foi a assinatura pelo Reitor da Universidade de Camerino do convênio de duplo
166 diploma. O convênio havia sido assinado no Brasil e remetido para a Universidade de Camerino
167 e foi assinado no dia 23 de janeiro de 2017. **c)** registra sua satisfação com a vinda da Dr^a
168 Renata Bueno, que é do Parlamento Italiano, representante dos italianos que estão no Brasil,
169 acompanhada pelo Prof. Dr. Camilo Zufelato. Comenta que ela é uma pessoa extremamente
170 encantadora, e que se dispôs a colaborar com o estreitamento da parceria entre a Faculdade de
171 Direito de Ribeirão Preto e as Universidades Italianas. Agradece ao Prof. Dr. Camilo Zufelato
172 por trazer essa pessoa que pode ser representante da Faculdade no parlamento italiano. **d)** foi
173 designada a Profa. Dra. Maria Hemília Fonseca, através da portaria Interna D.FDRP/004, como
174 Presidente da Comissão de Biblioteca, em razão do pedido de desligamento como membro do
175 Prof. Dr. Camilo Zufelato. Agradece ao professor pelos excelentes serviços prestados à
176 biblioteca, e o apoio fundamental a elaboração da lista de aquisição de livros que vai
177 engrandecer o acervo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. **e)** após consulta ao Prof.
178 Associado Thiago Marrara de Matos, será baixada a Portaria que criará a Comissão para
179 Estudos e Alteração do Regimento da FDRP. Membros docentes: Prof. Associado Thiago
180 Marrara (presidente), Prof. Dr. Alexandre Naoki Nishioka, Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias,
181 Prof. Associado Gustavo Saad Diniz, Profa. Dra. Maria Hemilia Fonseca, Prof. Dr. Sérgio Nojiri.
182 Os servidores Barbara Sant'Anna Consiglieri Val Magalhães e Márcia Aparecida Cruz de
183 Oliveira Bianco. Estamos aguardando a indicação de um representante discente de graduação.
184 **f)** foi baixada a Portaria Interna D.FDRP 1/2017 para Eleição de um representante dos
185 servidores técnicos-administrativos e seu respectivo suplente junto à Congregação da
186 FDRP/USP. Como não houve inscritos, foi reaberta a eleição através da Portaria Interna
187 D.FDRP 006/2017. As inscrições vão até o dia 13.3. Até o momento temos uma candidatura:
188 Ariadne Pereira Gonçalves e Daniela Veríssimo Gomes. **g)** hoje está acontecendo a eleição para
189 representantes discentes de Pós-Graduação *Strictu Sensu* junto à Congregação e
190 Comissões/Conselhos da FDRP disposta na Portaria Interna D.FDRP 2/2017. **h)** no dia 2.3
191 aconteceu a 1ª fase da Eleição de representante dos antigos alunos da Universidade de São
192 Paulo junto ao Conselho Universitário, disposta na Portaria GR N^o 6822. **i)** comunica que a a



193 Faculdade já conta Deliberação FDRP 7/2015, que dispõe sobre Pós-Doutorado, de forma que o
194 próximo passo será implantar o programa. Convida todos os docentes a colaborar com a efetiva
195 implantação do programa, inclusive, conforme sugerido pelo Prof. Associado Thiago Marrara
196 de Matos, com a possibilidade da participação de professores externos. Esclarece que a ideia é
197 fazer a chamada no *site* da Faculdade, inclusive em inglês, para que professores de fora possam
198 fazer o pós-doutoramento aqui na Faculdade. Considera muito salutar a presença de
199 professores de outras faculdades do país e estrangeiras. **j)** a FDRP recebeu 1(um) cargo efetivo
200 para professor doutor MS-3, em RDIDP, para o referente à priorização solicitada apela Reitoria
201 através do ofício GR/CIRC/285, de 30.6.2016. Esclarece que receberam um cargo de professor
202 doutor, o assunto será objeto dessa Congregação, pois o edital já foi aprovado no
203 Departamento de Direito Público. **k)** comunica, também, que o Projeto “Direito da infância e
204 juventude” de autoria do Prof. Dr. Cláudio do Prado Amaral, foi contemplado junto ao
205 Programa de Incentivo à Produção de Livros Didáticos p/ o Ensino da Graduação, na categoria
206 Projeto. De acordo com o edital, foi autorizada a contratação, por tempo determinado, de um
207 professor, nível III, junto à FDRP, em jornada de trabalho de 12 horas semanais, pelo prazo de
208 seis meses. O processo foi enviado ao Departamento de Direito Público e estão aguardando o
209 envio do programa para ser elaborado o edital. **l)** na semana retrasada foi enviado ofício à CAA
210 reiterando a solicitação da Faculdade para mais dois cargos de Professor Titular. Esclarece que
211 o projeto encaminha na primeira vez não satisfaz as condições estipuladas nas diretrizes da
212 USP. Comenta que elaboraram um novo projeto de perfil do Professor Titular que acredita ter
213 atendido as necessidades e as diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente. Comenta,
214 ainda, que conversou com o Professor Nolasco na semana passada, que o pediu que
215 aguardasse, pois a eleição dos novos membros da CAA ainda não havia acontecido. Diz que na
216 hipótese de recondução dos membros anteriores voltar a carga para enfatizar a importância
217 desse assunto para esta Faculdade. **m)** no período de 06 a 10/03, acontece a Semana de
218 Recepção aos Calouros 2017. Diz ter notícia de que tem sido um efetivo sucesso. **n)** registra
219 que até o momento 77 matriculados pela FUVEST e 19 matriculados pelo SISU. Registra,
220 também, ao receber os calouros em sua sala para uma conversa, a sua satisfação em ter uma
221 gama muito maior de alunos de regiões externa a Ribeirão Preto. Esclarece que há um
222 percentual grande de alunos de Ribeirão Preto e região, mas um percentual expressivo de
223 alunos de cidades de todo o estado de São Paulo, além dos estados de Goiás, Bahia e Minas
224 Gerais. Considera isso uma notícia muita boa e vai de encontro com a missão da Faculdade. **o)**



225 receberam a Circular CODAGE 10/2017, com esclarecimentos referentes à Resolução
226 7290/2016, que traz esclarecimento sobre taxa de promoção da pesquisa, ensino, cultura e
227 extensão na Universidade de São Paulo (overhead). Solicita aos membros de todas as
228 comissões que elaborassem, até um pouco antes do mês de junho, um relatório de atividades.
229 Esclarece que terão eleições para a nova Diretoria da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto
230 dia 23.6.2017, e como todos sabem as chapas que se inscreverem para a sucessão dessa
231 Diretoria terá que apresentar um programa. Reitera que essa é uma previsão muito
232 importante, pois além da Direção, os presidentes de todas as comissões serão renovados a
233 partir da eleição do novo Diretor. Considera que seria muito importante um documento base
234 àqueles que vierem a se candidatar as novas eleições, pois as chapa deverão ter um programa.
235 Esclarece que a Secretaria Geral já encaminhou um modelo e com base nessa portaria
236 realizarão as eleições no dia 23.6, e de acordo com os termos da portaria os candidatos a Direito
237 e Vice-Diretor deverão protocolar, na Assistência Técnica Acadêmica, no prazo de 22 a 31.5 o
238 pedido de inscrição em chapas, mediante requerimento assinado por ambos e dirigido à
239 Comissão Eleitoral, acompanhado do programa de gestão a ser implementado. Esclarece que
240 depois de encerrado o prazo referido no artigo 4º, não havendo pelo menos duas chapas
241 inscritas, haverá um novo prazo de inscrição de 5 a 14.6.2017. **p)** comunica que o Conselho
242 Universitário, na última terça-feira, aprovou o documento intitulado “Parâmetros de
243 sustentabilidade econômico-financeira da Universidade”. Esclarece que o documento foi
244 aprovado com alguns destaques que serão apreciados pelas comissões competentes, e serão
245 apresentados em nova sessão do Conselho Universitário. **3. Eleição. 3.1. Eleições para Vice-**
246 **Presidente da Comissão de Graduação, conforme do artigo 48-A do Estatuto da USP.**
247 Candidatos indicados pela Comissão de Graduação: Professores Caio Gracco Pinheiro Dias, Iara
248 Pereira Ribeiro e Maria Paula Costa Bertran Muñoz. O **Prof. Associado Nuno Manuel**
249 **Morgadinho dos Santos Coelho esclarece** que a única interessada a ser vice-presidente da
250 Comissão de Graduação foi a Profª Associada Maria Paula Costa Bertran Muñoz, e os demais
251 nome se ofereceram somente para compor a lista tríplice. O **Prof. Titular Ignácio Maria**
252 **Poveda Velasco esclarece** que devido a eleição do novo Diretor, serão alteradas as
253 presidências das Comissões Permanentes, não as chefias de departamentos. Esclarece, ainda,
254 que os mandatos dos novos presidentes e vice-presidentes serão de 2(dois) anos, e ao fim
255 desses mandatos se faz uma nova eleição para recondução ou substituição. Esclarece, também,
256 que pela nova sistemática, os candidatos a presidente e vice-presidente não precisam ser



257 membros do colegiado, sendo a Congregação que elege com base na candidatura por chapa. Em
258 votação: apurados os votos obtém-se o seguinte resultado: 10 (dez) votos para a Prof^a
259 Associada Maria Paula Costa Bertran Muñoz, 6 (seis) para o Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias
260 e 1(um) voto em branco. É eleita, portanto a Prof^a Associada Maria Paula Costa Bertran Muñoz,
261 como Vice-Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto,
262 com mandato até 15.9.2017. **4. Palavra aos Senhores Presidentes de Comissões.** O Prof.
263 **Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho comenta** que o mais importante
264 dos acontecimentos na Graduação é o início da execução do novo Projeto Político Pedagógico,
265 que tem as suas novidades que já impactarão a Faculdade toda. Esclarece que o curso será um
266 pouco mais prático, com atividades metodologicamente pensadas. Diz que para isso convida a
267 todos para participar da disciplina laboratório. Considera que a disciplina laboratório
268 compreende um conjunto de atividades de planejamento em que se pensam estratégias
269 eficazes de ensino e aprendizagem. Reitera o convite a todos para as oficinas e reuniões de
270 trabalho de planejamento desta disciplina que tem 6(seis) professores responsáveis hoje, mas
271 é aberta a todos os professores interessado e acontecerá na próxima terça-feira a tarde com os
272 professores do laboratório e o Prof. Dr. José Garcez Ghirardi da Fundação Getulio Vargas, que é
273 uma instituição parceira da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto na reflexão sobre a
274 educação jurídica há bastante tempo. Comenta que das 16h às 18h estarão, especificamente,
275 falando sobre métodos dialógicos e participativos da educação jurídica. Considera que outro
276 aspecto que tem impacto em todos os docentes da Faculdade é o fato das suas disciplinas
277 passarem a ser, muitas vezes, oferecidas em semestre diferentes do que eram no semestre
278 anterior. Esclarece que, eventualmente, poderá haver um espaço em que a disciplina não será
279 oferecida, como Direito Previdenciário que era oferecida no 2º semestre e agora será oferecida
280 no 9º. Considera que o professor de Direito Previdenciário vai sentir que não vai ser convocado
281 a lecionar, e ao mesmo tempo pode acontecer de estarem lecionando uma disciplina no
282 currículo velho em seu ordinário semestre de oferecimento e o novo Projeto Político
283 Pedagógico requerer a oferta no semestre atual, aumentando a carga desse docente. Pede a
284 contribuição e a compreensão de todos nesses aspectos. Considera, ainda, que devem cuidar
285 muito bem dos alunos que vivem situações de transição, sejam os transferidos, seja qualquer
286 aluno da Faculdade que seja reprovado em uma disciplina do antigo Projeto Político
287 Pedagógico. Esclarece que o aluno reprovado, no ano passado, em Direito Previdenciário, não
288 terá essa disciplina oferecida no próximo ano, mas somente após 3(três) anos. Reitera que



289 deverão estar dispostos a oferecer essas disciplinas nesses casos, para que esses alunos
290 possam viver a experiência da mudança do Projeto Político Pedagógico sem atrasar seus cursos
291 e sem causar grandes transtornos para eles. O **Representante Discente da Graduação Lucas**
292 **Vieira Carvalho pergunta**, considerando o papel que os alunos tiveram na construção, tanto
293 do Projeto Político Pedagógico, quanto da própria figura da disciplina de laboratório, se existe
294 a possibilidade de alguns alunos que se interessem participem dessa reunião de terça-feira
295 para a construção do laboratório, pois imagina que alguns podem se interessar já que ajudaram
296 na própria construção. O **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho**
297 **consulta** o Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias e a Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi que
298 concordam com a demanda do aluno. Diz que está tudo bem, e será um prazer recebê-los na
299 reunião. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira comenta** que a Comissão de Pós-
300 Graduação entra em mais uma fase aguda de seleção de alunos regulares para o seu programa
301 de mestrado. Esclarece que tiveram a pouco, também o Edital para o processo seletivo de
302 alunos especiais, o qual contou com 66(sessenta e seis) inscritos para 17(dezessete vagas),
303 todas preenchidas em seis disciplinas distintas. Anuncia, com imensa alegria, que novamente
304 houve um crescimento na inscrições para aluno regular no programa de mestrado da
305 Faculdade. Esclarece que tiveram 266 (duzentas e sessenta e seis) inscrições homologadas em
306 2014, 318 (trezentas e dezoito) em 2015, 342 (trezentas e quarenta e duas) em 2016 e 358
307 (trezentas e cinquenta e oito) inscrições homologadas em 2017 para 39 (trinta e nove) vagas.
308 Considera um número altíssimo de quase 10 (dez) candidatos por vaga, o que honra esse corpo
309 docente, essa Unidade que se esforça em ter como espelho a Graduação e chegar nos níveis que
310 a Graduação atingiu rapidamente. Comenta que esse é um esforço que a Comissão de Pós-
311 Graduação faz e que o corpo docente acompanha e isso só os deixa muito felizes. Comenta,
312 ainda, que as disciplina seguem sendo oferecidas aos alunos e também seguem os apoios
313 institucionais e financeiros que a Comissão de Pós-Graduação vem concedendo a importantes
314 eventos na área do direito. Cita que esse mês será realizado o evento trazido pela Prof^a Dr^a
315 Cynthia Soares Carneiro, com o apoio da Comissão de Pós-Graduação, intitulado de “Festival
316 Sul-americano de Cultura Árabe” que, não só pela sua importância, mas também por ser um
317 evento que integra o grupo de pesquisa e extensão Gente, de Direitos Imigratórios e Direito
318 Estrangeiros, um evento importantíssimo para essa área e mais uma vez será sediado na
319 Faculdade. Comenta, também, sobre o evento trazido pela Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi
320 relacionada a determinantes da decisão judicial, com uma análise quantitativa de sentenças em



321 órgãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, que trata à Faculdade um especialista notório na
322 área, o Prof. Dr. José Jesus Filho. Comunica que esses dois eventos terão assento ainda nesse
323 mês. O evento trazido pela Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi será realizados nos dias 30 e 31.3
324 e o evento trazido pela Prof^a Dr^a Cynthia Soares Carneiro, no dia 21.3 as 19h na Faculdade de
325 Direito de Ribeirão Preto. Convida a todos para prestigiar esses evento. Lembra que está
326 semana é muito importante para Comissão de Pós-Graduação, pois haverá uma reunião
327 ordinária, e tendo em vista o incremento orçamentário que, desde já, agradecem a Diretoria,
328 dado o esforço que realizaram para a Pós-Graduação possa atingir notas e níveis de qualdiade
329 mais altos. Diz que nessa reunião pretendem tratar do orçamento da Comissão de Pós-
330 Graduação para esse ano, não só o apoio aos docentes, mas também o apoio aos discentes, para
331 que os professores possam trazer docentes para cá e também os alunos possam sair em busca
332 de novos desafios. Reitera seus agradecimentos à Diretoria pelo apoio e esclarece que a
333 Comissão de Pós-Graduação, nessa semana, fará os melhores esforços para que o orçamento do
334 ano possa ser aprovado a contento e seja um orçamento novamente equilibrado e coerente. A
335 **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi comunica** que houve o primeiro edital USP/FUSP
336 Santander de Políticas Públicas com previsão de recursos de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para
337 cada um dos projetos aprovados. Comenta que houve um projeto aprovada da Faculdade,
338 proposto pela Prof^a Dr^a Iara Pereira Ribeiro, com o título “Acolhimento e prevenção ao
339 endividamento da população”. Parabeniza a professora pelo projeto que terá o início da sua
340 execução esse ano. Comunica que está aberto um segundo edital, também com previsão do
341 mesmo valor, as categorias são Direitos Fundamentais e Políticas Públicas, com período de
342 inscrição válido de 1 até 24.3.2017. Esclarece que o primeiro edital USP/FUSP Santander que
343 fomenta iniciativas de cultura e extensão, e aprova projetos com um valor um pouco maior,
344 R\$10.000,00 (dez mil reais), as inscrições serão de 3 a 25.4.2017. Destaca o dia internacional
345 da mulher, 8.3, quarta-feira dessa semana. Esclarece que a Comissão de Cultura e Extensão
346 Universitária e a Comissão de Gênero não estabeleceu nenhuma atividade específica no dia,
347 pois consideram que o *campus*, até por conta da semana de recepção, que tematizou também a
348 questão de gênero e violência contra as mulheres, e ocorreria uma sobreposição de atividades.
349 Destaca que seguirão com atividades ao longo do mês sobre as temáticas. Lembra que na
350 quarta-feira, 8.3, as 10h fizeram uma parada simbólica, na qual participaram professoras,
351 funcionárias e alunos em uma roda de conversa, realizada perto da fonte. Comenta que ali
352 problematizaram algumas questões relacionadas as assimetrias as mulheres no âmbito da USP.



353 Considera que assim não marcaram o dia como uma parabenização porque são mulheres, mas
354 porque é um dia histórico de luta das mulheres desde o século XIX, em defesa de direitos
355 iguais. Diz que a CAV-Mulheres que é uma comissão do *campus*, vinculada à Prefeitura, nesse
356 mês tem duas atividades nas próximas quartas-feiras, dias 15 e 22, também tematizando o dia
357 e o mês da mulher. No dia 15 haverá a exibição do filme “Nise - O Coração da Loucura”, que
358 contribui com a exposição científica que dá a questão da psiquiatria no país e no mundo.
359 Haverá um debate mediado pela Prof^ª Dr^ª Annie Schmaltz Hsiou da FFCLRP/USP, e depois
360 acadêmica da Faculdade e de outras unidades farão um debate nesse dia. Comunica que no dia
361 22 haverá um show com convidados, chamado Todas as Mulheres da Música, com a
362 participação de Alessandra Freire. Esclarece que haverá várias músicas com nomes de
363 mulheres no show, para que possam fazer um debate sobre essas representações na música
364 popular brasileira, e será realizado no Bloco Didático da FMRP/USP. Comenta que ontem
365 houve a 169^a Sessão do Conselho de Cultura e Extensão Universitária. Considera uma questão
366 importante, que deve trazer, é a aprovação de uma medida de trânsito para a última resolução
367 relativa aos cursos de especialização. Esclarece que os cursos estão parados por ordem da Pró-
368 Reitoria de Cultura e Extensão para a adequação as novas regras dos percentuais. Com isso a
369 própria câmara de cursos teria que interromper o seu trabalho de apreciação desses projetos
370 que estavam chegando e esses projetos estão acumulados em um número aproximado de 350
371 (trezentos e cinquenta) projetos. Comenta que foi aprovada uma medida ontem, que se trata da
372 liberação para que a câmara de cursos possa fazer a análise do mérito acadêmico desses
373 projetos, e quem tem projeto nessa Unidade que estava dependendo dessa apreciação, vai ter o
374 projeto avaliado. Esclarece que o projeto voltará para a Unidade, e haverá a adequação a nova
375 caracterização financeira no sistema. Diz que foi enfatizada muitas vezes a necessidade de
376 nenhum curso começar sem todas essas aprovações, tanto acadêmica, quanto financeira.
377 Informa que foram aprovados mais 2(dois) cursos de extensão da Unidade, que estão seguindo
378 para a câmara de cursos, somente para a homologação. Esclarece que um se trata de curso de
379 difusão, oferecido pelo Prof. Dr. Gabriel Loretto Lochagin, sobre finanças pública, um curso
380 gratuito que será oferecido em maio. Esclarece que haverá também um curso de
381 aperfeiçoamento para graduados, em direito humanos das mulheres, do qual ela é
382 coordenadora e também é gratuito. Lembra que nesses últimos meses o volume de cursos de
383 especialização acabou emperrando os trabalhos da Comissão de Cultura e Extensão
384 Universitária, mas uma das coisas que vão tentar estimular os docentes a fazer são esses cursos



385 curtos e gratuitos, pois, apesar de nem todo docente saber, é que o curso pode contar na carga
386 didática do professor, como se fosse a carga da Graduação, da atividade que faz parte do
387 regime. Esclarece que esses cursos de difusão tem um mínimo de 8(oito) horas de carga e o
388 impacto disso para o meio externo da comunidade é muito grande. Comenta que esse ano
389 pensarão em formas de estímulo a essas atividades mais curtas. Considera que esse número de
390 19 (dezenove) inscritos para o SISU é algo que devem comemorar, mas também para olhar de
391 perto, para que possam pensar em uma política de acompanhamento desses alunos, pois o ano
392 passado houve relatos de alunos que ingressaram na Faculdade e não tiveram as políticas de
393 permanência totalmente contempladas e alguns alunos trancaram ou tiveram dificuldades para
394 continuar no curso. Considera ser urgente que as três comissões pensem em uma política de
395 acompanhamento. Informa que começarão o semestre agora, e, pela Comissão de Gênero,
396 relata que o ano passado foi um ano de implantação e houve muitas dúvidas de qual seria o
397 papel da comissão sobre violência de gênero. Considera que esse ano, esse papel, talvez fique
398 mais claro para todos, e um desses papéis que gostaria de enfatizar é o papel preventivo de
399 episódios de violência, mas também de informação para que todos docentes possam olhar seus
400 conteúdos curriculares e suas estratégias didático-pedagógicas em uma perspectiva de gênero
401 e uma perspectiva racial. Comenta que o empenho dessa comissão para esse ano é tentar criar
402 uma série de estratégias de conversas com docentes. Pede o empenho dos docentes ao elaborar
403 planos de ensino, por exemplo, pensar se a bibliografia do curso só há nomes de homens.
404 Considera que o principal papel da comissão é a prevenção de episódios de violência de gênero
405 e raça. O **Prof. Associado Thiago Marrara de Matos comunica** que nesse ano ainda não
406 aconteceu nenhuma reunião do Conselho de Pesquisa e da Comissão de Pesquisa houve apenas
407 uma ordinária para aprovação de relatórios parciais de pesquisa, em que foram aprovados
408 praticamente todos. Informa que aprovaram um pequeno conjunto de metas, tendo em vista o
409 que já conversou informalmente com a Direção, assim como conversou com a Prof. Dr.
410 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, e foram aprovados, basicamente 3(três) projetos para
411 esse ano. O Primeiro seria estruturar a monitoria de pesquisa, assim como já há a monitoria de
412 Graduação, com alunos que trabalhem com os professores em elaboração de pesquisa com
413 reconhecimento de créditos. Considera que isso é tão útil para os alunos, quanto para os
414 professores. Um segundo projeto seria, além desse fluxo contínuo do pós-doutorado, um edital
415 específico com financiamento interno para pesquisadores estrangeiros, pensando na
416 internacionalização da Faculdade. Um terceiro projeto seria um ciclo de palestras voltadas a



417 pesquisa e internacionalização. Nesse aspecto, diz que gostaria de pedir um apoio especial do
418 Prof. Titular Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, pois o IRI/USP tem um grau altíssimo de
419 internacionalização e políticas muito bem sucedidas nessa área. Considera a presença do Prof.
420 Titular Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira nessa Congregação é extremamente oportuna e
421 poderia ajudar no desenvolvimento nesse ciclo de palestra. O **Prof. Titular Amâncio Jorge**
422 **Silva Nunes de Oliveira agradece** a menção e se coloca a disposição para contribuir nesse
423 processo. Esclarece que boa parte desse financiamento vem de verbas do tipo *Fulbright*, da
424 Cadeira *Ge Money* da Comissão Europeia, mesmo do Santander, que são financiamentos
425 externos à Universidade que dão suporte a esse grau de internacionalização. O **Representante**
426 **Discente Yan Bogado Funck comenta** que na disciplina Metodologia Científica, a Prof^a
427 Associada Maria Paula Costa Bertran Muñoz implantou em 2(dois) anos seguidos um sistema
428 de monitoria de pesquisa, pois no ano em que cursou a disciplina participou de palestra sobre
429 o tema em que, principalmente por Skype, alguns professores contribuíram. Outro aparte, em
430 relação ao que a Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi falou, com relação aos alunos do SISU
431 admitidos na Faculdade, teria uma dúvida sobre como se deu a segunda chamada, e se haverá
432 outras chamadas, pois ano passado houve o problema dos alunos que entraram pelo SISU em
433 outras chamadas tiveram que ir para São Paulo para fazer a matrícula, para depois vir para a
434 Faculdade, e poder ter aula. O **Sr. Diretor pede** ao aluno que considere isso na palavra aos
435 membros, em vez de fazer a observação como aparte. O **Representante Discente Yan Bogado**
436 **Funck concorda**. O **Prof. Associado Alessandro Hirata comunica**, conforme já noticiado
437 pelo Sr. Diretor, sobre o convênio de duplo diploma com a Universidade de Camerino, que foi
438 assinado em 23.1.2017, por parte da Universidade de Camerino, dando início a esse primeiro
439 programa de duplo diploma entre as 2 (duas) Faculdade de Direito que proporcionará a 5
440 (cinco) alunos por aluno de cada Faculdade, a possibilidade de frequentar 3 (três) semestre na
441 instituição parceira, e obtendo todos os requisitos, terá direito ao diploma pela Faculdade de
442 Direito de Ribeirão Preto e pela Universidade de Camerino. Considera que esse diploma abre
443 uma série de possibilidades, tanto profissionais, quanto acadêmicas para os participantes
444 desses programas e também as Faculdades, uma vez que para a implementação desse
445 programa é fundamental a participação de todos, sendo um passo enorme para o processo de
446 internacionalização da Faculdade. Comunica que estão com edital interno de intercâmbio
447 aberto para os alunos, que conta com 23 (vinte e três) vagas. Comunica que no edital passado
448 foram 11 (onze) vagas, e pela sua previsão terão mais vagas que candidatos, o que atenderá



449 todas as necessidades da Unidade. Confirma que hoje é a data de encerramento do edital, pois
450 possibilita aos que receberem essas vagas se candidatarem para as bolsas que serão dadas pela
451 Aucani em seu próximo edital e a Faculdade terá somente duas bolsas de intercâmbio para
452 estudantes da Graduação. Aproveita para falar da Semana de Recepção aos Calouros. Como
453 Presidente da Comissão agradece todos os membros que fizeram parte da comissão,
454 principalmente, da servidora Claudia Sarkis, e os funcionários que trabalharam no evento.
455 Considera que todos foram fundamentais para o sucesso do evento que teve uma enorme
456 aceitação dentre aqueles qual é destinada essa semana, e pelo fato do dia 8.3 fazer parte da
457 semana, o evento também foi voltado às mulheres e questões de gênero. Lembra que houve
458 uma palestra no *campus* com a temática voltada para a mulher. Comenta que, não por acaso,
459 teve a presença da Prof^a Associada Patrícia Faga Iglecias Lemos como professora da aula
460 inaugural, que é Superintendente de Gestão Ambiental da USP, e professora da Faculdade de
461 Direito do Largo São Francisco. Comenta, ainda, que houve visitas ao fórum, palestras sobre
462 profissões com professores da casa, que participaram efetivamente da recepção, juntamente
463 com alunos já formados pela Faculdade. Esclarece que tiveram a preocupação de aproximar os
464 alunos egressos, por exemplo, no júri simulado do polêmico caso Carandiru, que foi realizado
465 nessa quinta-feira à tarde com a participação dos alunos egressos, tanto na defesa, quanto na
466 acusação, tendo os ingressantes como jurados e a Prof^a Dr^a Marta Rodrigues Maffei Moreira
467 com juíza. Considera ser uma grande satisfação ter esse início do ano letivo com a participação
468 dos ingressantes e de todos os envolvidos no evento. **5 - Palavra aos Senhores Membros. O**
469 **Prof. Associado Rubens Beçak comunica** a iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
470 Universitária e do Núcleos dos Direitos que coordena, em sediar o 2º Congresso Mundial de
471 Acesso e Educação Pós-Secundária. A USP sediará nos dias 1, 2 e 3.11.2017 o evento GAPS
472 (*Global Access to Postsecondary Education*), que é uma das iniciativas mais importantes nessa
473 seara da educação e a tempo e modo fará a divulgação aqui para que a comunidade discente,
474 docentes e funcionários possam participar, pois considera essa uma temática das mais
475 importantes. Diz que gostaria de abordar duas questões que julga das mais importantes. A
476 primeira delas é em relação aos claros docentes. Parabeniza o Sr. Diretor que conduziu a
477 obtenção de uma vaga que veio para a reposição da transferência da Prof^a Associada Ana Carla
478 Bliacheriene para a EACH/SP. Reitera que no CTA já disse isso e aproveita a presença do seu
479 ilustre sucessor na Secretaria Geral, Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco. Considera que
480 a Faculdade fica um pouco defasada em relação as suas congêneres, pois eles têm uma



481 Faculdade que já no momento de pedirem as vagas ao Magnífico Reitor, pela pedido que na
482 época foi encaminhado pela Comissão e Secretaria Geral, procuraram deixar claro que
483 precisavam para o necessidade de crescimento daquelas atividades próprias da Faculdade,
484 mais vagas que os quarenta e dois claros. Comenta que os défcits que a Faculdade teria não
485 poderiam entrar no computo. Esclarece que havia vagas decorrentes de falecimento,
486 transferência, aposentadoria e outras vagas, que em decorrência de processos disciplinares
487 possam aparecer. Considera que a Faculdade está no rumo certo, sendo das mais exemplares
488 na USP, e não querem que esse rumo sofra qualquer solução de continuidade. Diz temer que
489 ficar, em um futuro, em um déficit muito grande de professores, e isso vai acarretar em
490 problema em todas as atividades que a Faculdade deve contemplar. Diz saber que o Sr. Diretor
491 partilha dessa posição mas gostaria de socializar com os colegas essa preocupação, essa
492 angústia com a vinda de somente um claro docente. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda**
493 **Velasco esclarece** que a solicitação de cargos docentes de início de carreira não passa pela
494 Secretaria Geral, vai direto para a Comissão de Claros Docentes e tem o seu regime de
495 tramitação próprio. O **Prof. Associado Rubens Beçak comenta** que uma segunda questão é
496 em relação aos cargos de Professor Titular, pois tiveram agora, brilhantemente preenchido, na
497 área de Direito Internacional, pelo Prof. Titular Umberto Celli Junior. Diz que há colegas aqui
498 que já são livre-docentes há nove anos. Considera que pelas necessidades dadas pelos
499 departamentos, como presidente do Departamento de Direito Público, a não ser pela área de
500 Direito Internacional, não há nenhuma perspectiva de vinda de um cargo. Reitera que há vários
501 colegas associados com a justa pretensão de em um futuro vir a postular isso. O **Sr. Diretor**
502 **comenta** que em sua fala inicial manifestou a sua preocupação, reiterou que já encaminhou 2
503 (dois) ofícios para o Professor Nolasco e tem conversado com ele. O **Prof. Associado Rubens**
504 **Beçak diz** que por ser presidente do Departamento de Direito Público percebeu uma
505 preocupação dos conselheiros do departamento nesse sentido, e está preocupado com a
506 sensibilização disto por parte da Reitoria da Universidade em u futuro não muito distante. O
507 **Sr. Diretor considera** isso muito importante, e não é demasiado repisar, pois é importante
508 que a Reitoria esteja atenta com a Faculdade, com a necessidade de designação dos claros que
509 pleitearam. Pede encarecidamente ao Secretario Geral, na qualidade de membro dessa
510 Congregação, que intervenha junto ao Reitor, que de fato necessitam dos cargos de Titulares na
511 Unidade. Diz que faz coro ao que disse o Prof. Associado Rubens Beçak e a preocupação com os
512 claros de professores que já pleitearam a bastante tempo. O **Sr. Diretor diz** que tem algumas



513 informações, que não verificou, de que outras unidades do porte da Faculdade de Direito de
514 Ribeirão Preto já obtiveram mais de um claro para professor, e isso deveria ser levado na
515 devida conta pela Reitoria, muito pelo sucesso dessa Faculdade. Agradece ao Prof. Associado
516 Rubens Beçak e endossa o que o professor vem dimensionar. O **Prof. Dr. Jair Aparecido**
517 **Cardoso diz** que gostaria de reiterar, embora consciente da preocupação da Direção, que o
518 Departamento de Direito Privado e de Processo Civil passou pelo falecimento do Prof.
519 Associado Luciano de Camargo Penteado, pela aposentadoria da Prof^a Dr^a Lydia Neves Bastos
520 Telles Nunes. Diz, ainda, que concorda com o Prof. Associado Rubens Beçak, nesse particular,
521 pois passaram o ano fechando a prioridade dos concursos imaginando que isso fosse resultar
522 em claros logo de início, mas até agora receberam uma vaga para o Departamento de Direito
523 Público e não há notícias para os demais. Reitera que precisam caminhar com essa questão,
524 pois precisam continuar no caminho certo, para isso necessitam de uma certa folga, pois estes
525 professores fazem muita falta. Agradece o apoio que o Sr. Diretor tem dado ao departamento. O
526 **Representante Discente Yan Bogado Funck comenta** que no ano passado os alunos que
527 passaram a partir da segunda chamada do SISU tiveram que ir para São Paulo fazer a matrícula
528 e depois vir para a Faculdade. Considera que para um aluno morador de outra cidade iria ter
529 que ir para São Paulo e voltar para cá, fazendo duas viagens, quando deveria ser necessária
530 somente uma. Diz que gostaria de saber com foi este ano e se continuou da mesma forma
531 reitera que futuramente isso deve ser alterado, pensando nesses alunos que passaram pelo
532 SISU e vem de escolas públicas. A **Assistente Acadêmica Márcia Aparecida Cruz de Oliveira**
533 **Bianco esclarece** que o ano passado, por ser o primeiro programa do SISU na Universidade, a
534 matrícula foi realizada lá na Pró-Reitoria de Graduação. Este ano as matrículas já foram
535 realizadas nas Unidades, e na Faculdade já foram realizadas 3 (três) etapas que transcorreram
536 normalmente. Esclarece, ainda, que já estão com 19 (dezenove) alunos inscritos, faltando
537 somente uma vagas para 2 (duas) possíveis etapas de matrícula para o SISU. O **Representante**
538 **Discente da Graduação Lucas Vieira Carvalho comunica** que nos dias 22 e 23.3 o CAAJA vai
539 realizar um evento com políticos de Ribeirão Preto. Considera ser interessante para a
540 Faculdade, pois grande parte dos alunos não são de Ribeirão Preto, e embora isso tenha um
541 viés positivo, também traz um negativo, devido a grande parte desses alunos ficarem apáticos a
542 situação da cidade. Considera, ainda, interessante que prestigem essa iniciativa do CAAJA em
543 tentar fazer com que o corpo discente adquira maior conhecimento sobre os acontecimentos
544 da cidade. Comenta que os resultados do Cursinho Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão



545 Preto o agrada muito, no ano passado era Diretor desse curso, e pode verificar que houve
546 aprovação de alunos da UNESP e em universidades federais, além de 4 (quatro) aprovação na
547 USP, o que os deixa muito feliz e estimular a continuação do projeto nesse 4º ano em que estão
548 trabalhando nisso. O **Sr. Diretor agradece** o trabalho dos alunos nesse curso e considera
549 muito importante para comunidade externa. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato sugere** uma inversão
550 de pauta, pois é relator do item 1.4., que tem por interessado o Departamento de Direito
551 Público, que se trata da análise da inscrição e Banca Examinadora do concurso para Livre-
552 Docência, junto ao Departamento de Direito Público, Área de Direitos Humanos, nos termos do
553 Edital FDRP nº 42/2016. Justifica que um dos membros indicados pelo Departamento de
554 Direito Público, e que o manteve como sugestão, não teria o título de Livre-Docente ou Titular,
555 e a Congregação pode deliberar por isso, desde que haja *quorum* necessário, reconhecendo o
556 notório saber do professor na área. Esclarece que se trata do Prof. Dr. José Geraldo de Souza
557 Junior que é ex-Reitor da Universidade de Brasília, e gozaria desse atributo, e como esta
558 votação necessita de *quorum* específico gostaria que fosse realizada a inversão de pauta. O
559 **Prof. Associado Rubens Beçak endossa** que a posição da chefia é a mesma, e essa posição já
560 apareceu na indicação da banca. Lembra que havia uma dúvida se ele havia sido titulado, mas
561 pelo notório saber, pois foi Reitor da UnB, se trata de um indivíduo extremamente reconhecido
562 pelas suas obras no Brasil e no exterior. Considera que só resta a dúvida de se haveria o
563 *quorum* qualificado. O **Sr. Diretor consulta** o Colegiado quanto a inversão de pauta solicitada
564 pelo Prof. Dr. Camilo Zufelato. A **Congregação aprova a inversão do item 1.4. da pauta.** O **Sr.**
565 **Diretor inicia** a discussão do item **1.4. PROCESSO 2016.1.705.89.3 - DEPARTAMENTO DE**
566 **DIREITO PUBLICO.** Análise da inscrição e Banca Examinadora do concurso para Livre-
567 Docência, junto ao Departamento de Direito Público, Área de Direitos Humanos, nos termos do
568 Edital FDRP nº 42/2016. Candidata inscrita: Profª Drª Fabiana Cristina Severi. Sugestão de
569 Banca Examinadora aprovada pelo Conselho do Departamento de Direito Público em
570 14.2.2017. Titulares: Professor Associado Rubens Beçak (DDP-FDRP/USP), Professora Titular
571 Eva Alterman Blay (DS-FFLCH/USP), Professora Titular Sueli Gandolfi Dallari (HSP-FSP/USP),
572 Professor Associado José Geraldo de Souza Junior (UNB) e Professora Associada Gislene
573 Aparecida dos Santos (GPP-EACH/USP). Suplentes: Professor Associado Márcio Henrique
574 Pereira Ponzilacqua (DFB-FDRP/USP), Professora Associada Lilia Blima Schraiber (MPR-
575 FM/USP), Professora Associada Carmem Simone Grilo Diniz (HCV-FSP/USP), Professora
576 Associada Raquel Santos Sant'Ana (UNESP-Franca) e Professora Associada Eleonora Menicucci



577 de Oliveira (UNIFESP). Parecer do relator, Prof. Dr. Camilo Zufelato, opinando pelo deferimento
578 da inscrição e considerando que dentre os nomes indicados à fls. 16 há grande coerência
579 temática e de pesquisa entre a tese depositada e a formação dos examinadores, sejam os
580 titulares ou os suplentes, de maneira que não tenho nenhuma sugestão para além dos nomes
581 indicados pelo Departamento, instância mais apropriada para tal indicação. A única observação
582 que deixo registrada para discussão nesta Congregação é a possível substituição da Professora
583 Titular Sueli Gandolfi Dafiari, que é indiscutivelmente a maior autoridade no Brasil em políticas
584 públicas de saúde e brilhante professora e pesquisadora desta Universidade, pela Professora
585 Associada Carmem Simone Grilo Diniz, que foi indicada pelo Departamento como Suplente,
586 uma vez que essa tem maior aderência de temas de pesquisa e atuação com a temática da
587 questão de gênero e também de violência. Banca Examinadora sugerida pelo relator. Titulares:
588 Professor Associado Rubens Beçak (DDP-FDRP/USP), Professora Titular Eva Alterman Blay
589 (DS-FFLCH/USP), Professora Associada Carmem Simone Grilo Diniz (HCV-FSP/USP), Professor
590 Associado José Geraldo Junior (UNB) e Professora Associada Gislene Aparecida dos Santos
591 (GPP-EACH/USP). Suplentes: Professor Associado Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua (DFB-
592 FDRP/USP), Professora Associada Lilia Blima Schraiber (MPR-FM/USP), Professora Titular
593 Sueli Gandolfi Dallari (HSP-FSP/USP), Professora Associada Raquel Santos Sant'Ana (UNESP-
594 Franca) e Professora Associada Eleonora Menicucci de Oliveira (UNIFESP). O **Prof. Titular**
595 **Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que conhece o Prof. Dr. José Geraldo Junior, e fizeram parte
596 da Comissão de Ensino Jurídico da OAB há 2 (dois), e não tem nada que o desabone. Pede a
597 Assistente Técnica Acadêmica que checasse o dispositivo do regimento, para saber se o 2/3 são
598 dos membros do Colegiado ou dos presentes. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato lê** o artigo 190, § 2
599 que diz: “Na composição da comissão julgadora poderão ser indicados até dois especialistas de
600 reconhecido saber, não pertencentes ao corpo docente da USP, a juízo de, no mínimo, dois
601 terços dos membros da Congregação, em votação secreta.” Diz que saber que há membros que
602 tem outros compromisso, e essa é a razão do pedido de inversão de pauta. Esclarece que, em
603 relação, especificamente, a este item da pauta se trata do Edital nº 42/2016, que teve como
604 candidata inscrita na área de Direitos Humanos do Departamento de Direito Público, a Prof^a
605 Dr^a Fabiana Cristina Severi. Comenta que o processo passou pelo âmbito do departamento que
606 indicou membros titulares e suplentes. Diz que como membro da Congregação analisou os
607 requisitos formais de inscrição, e estavam todos preenchidos e de modo geral,
608 cumprimentando o chefe do Departamento de Direito Público, pela relatoria desse processo



609 manteve os dez nomes indicados entres os titulares e suplentes com uma única observação.
610 Comenta que o departamento havia aprovado o nome da Prof^a Titular Sueli Gandolfi Dallari,
611 conhecida de todos, a ilustre professora da USP. Considera a professora uma grande
612 especialista em políticas públicas de saúde e o tema específico da tese de Livre-Docência, mas
613 lhe parece, que relacionada a questão de gênero e violência teria mais aderência ao assunto a
614 Prof^a Associada Carmem Simone Grilo Diniz que também é professora da Universidade, e tem
615 maior ênfase de pesquisa no campo da violência. Diz que mantém as indicações do
616 departamento fazendo somente esta alteração da suplência da Prof^a Associada Carmem
617 Simone Grilo Diniz para a Titularidade no lugar da Prof^a Sueli Gandolfi Dallari. **A Congregação**
618 **aprova, por unanimidade, maioria qualificada, a indicação do Prof. Dr. José Geraldo de**
619 **Souza Junior para compor a Banca Examinadora do Concurso para Livre-Docente Edital**
620 **FDRP 42/2016, de acordo com Art. 190 § 2 do Regimento Geral. A Congregação aprova,**
621 **por maioria dos presentes, o parecer do relator, Prof. Dr. Camilo Zufelato, favorável à**
622 **inscrição da candidata, bem como à composição da Banca Examinadora, conforme**
623 **segue: Candidata: Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi. Titulares: Professor Associado**
624 **Rubens Beçak (DDP-FDRP/USP) – PRESIDENTE. Professora Titular Eva Alterman Blay**
625 **(DS-FFLCH/USP). Professora Associada Carmem Simone Grilo Diniz (HCV-FSP/USP).**
626 **Professor Doutor José Geraldo de Sousa Junior (UNB) (indicação como especialista de**
627 **reconhecido saber aprovada por dois terços dos membros da Congregação). Professora**
628 **Associada Gislene Aparecida dos Santos (GPP-EACH/USP). Suplentes: Professor**
629 **Associado Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua (DFB-FDRP/USP). Professora Associada**
630 **Lilia Blima Schraiber (MPR-FM/USP). Professora Titular Sueli Gandolfi Dallari (HSP-**
631 **FSP/USP). Professora Associada Raquel Santos Sant'Ana (UNESP-Franca). Professora**
632 **Associada Eleonora Menicucci de Oliveira (UNIFESP). O Sr. Diretor inicia a Parte II –**
633 **ORDEM DO DIA - 1. CONCURSO PARA LIVRE-DOCENTE. 1.1. PROCESSO 2016.1.702.89.4 -**
634 **DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL. Análise da inscrição e**
635 Banca Examinadora do concurso para Livre-Docência, junto ao Departamento de Direito
636 Privado e de Processo Civil, Área de Direito do Trabalho, nos termos do Edital FDRP nº
637 25/2016. Candidatas inscritas: Professoras Doutoras Ilnah Toledo Augusto e Maria Hemilia
638 Fonseca. Sugestão de Banca Examinadora aprovada pelo Conselho do Departamento de Direito
639 Privado e de Processo Civil em 2.2.2017. Titulares: Professor Titular Umberto Celli Junior
640 (DDP-FDRP/USP), Professor Associado Gustavo Saad Diniz (DPP-FDRP/USP), Professor



641 Associado Antônio Rodrigues Freitas Junior (DTB-FD/USP), Professor Associado Guilherme
642 Guimarães Feliciano (DTB-FD/USP) e Professor Titular Pedro Paulo Teixeira Manus (PUC-SP).
643 Suplentes: Professor Associado Gustavo Assed Ferreira (DDP-FDRP/USP), Professor Associado
644 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (DFB-FDRP/USP), Professor Associado Otávio
645 Pinto e Silva (DTB-FD/USP), Professor Agregado Mario Garmendia Arigon (Universidad de la
646 República - Uruguai), Professor Titular Nelson Mannrich (DTB-FD/USP) e Professor Titular
647 Marco Antônio César Villatore (PUC-PR). **Parecer do relator**, Prof. Associado Gustavo Assed
648 Ferreira, pela Congregação, opinando favoravelmente às inscrições das candidatas, bem como à
649 banca examinadora sugerida pelo Departamento. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira**
650 **diz** que foi favorável a indicação do departamento. Agradece desde já o departamento pela sua
651 indicação. Considera que essa indicação foi feita mais pela amizade que me liga a esses
652 queridos colegas do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil do que para estar
653 nessas bancas. Comenta que teve certa dificuldade em aprovar seu próprio nome como relator.
654 Diz que deixa o seu nome em holocausto para que discutam. Consigna em Ata o brilhantismo
655 das 2 (duas) teses apresentadas pela Professora Doutoras Maria Hemília Fonseca e Ilnah
656 Toledo Augusto. Diz que teve a curiosidade de ler os trabalhos para poder analisar
657 materialmente o que foi escrito pelas docentes, que são trabalhos brilhantes que só
658 engrandecem a pesquisa científica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. O **Prof. Dr. Jair**
659 **comenta** que, na linha do que o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos disse, em chamar
660 professores externos, optaram por chamar o Prof. Mario Garmendia Arigon, que tem feito
661 trabalhos conjuntos, possui um boa interação com Brasil, inclusive participou de algumas
662 bancas de Livre-Docência na própria USP. Esclarece que o colocaram como suplente, pois havia
663 outros nomes excelentes para serem contemplados, sendo essa lógica que os inspirou a sugerir
664 o nome do professor. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco considera** que o Prof.
665 Titular Nelson Mannrich deveria ocupar a posição de membro titular da banca, e isso adensaria
666 a banca em qualidade sem prejuízo dos outros nomes. Comenta que, dos que estão aí
667 sugeridos, vê que, talvez o que tenha menos aderência ao tema de Direito do Trabalho fosse o
668 Prof. Associado Gustavo Saad Diniz. Considera, em relação à declaração do Prof. Associado
669 Gustavo Assed Ferreira, que está na banca sugerida, como suplente, e pode vir a entregar como
670 titular, que não é bom fazer um julgamento prévio das teses. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo**
671 **dos Santos Mendes diz** que faria a mesma sugestão do Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
672 Velasco. Considera, ainda, que as bancas tem tido a orientação de somente um professor da



673 casa, e os demais externos e se o Prof. Titular Nelson Mannrich aceitar seriam 4 (quatro)
674 professores externos, e isso proporcionaria um coerência entre as bancas. O **Prof. Dr. Jair**
675 **Aparecido Cardoso considera** essa questão muito polêmica e foi muito discutido pelo
676 departamento, e agora com a colocação do Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco vê com
677 clareza que o Prof. Titular Nelson Mannrich é Professor Titular da casa, membro da
678 Congregação que poderia configurar como titular e alterar com alguém. Explica que o
679 departamento discutiu a necessidade de prestigiar os professores do departamento, pois não
680 há ninguém, especificamente, na área trabalhista, e escolheram um especialista em contratos,
681 como o Prof. Associado Gustavo Saad Diniz, e essa foi a lógica dessa escolha. Diz que está
682 plenamente de acordo com a sugestão do nome da forma como for colocada. O **Sr. Diretor diz**
683 ser totalmente favorável a que o Prof. Titular Nelson Mannrich integre a banca como membro
684 titular, e talvez, ele mesmo não precise fazer parte já que há um titular casa. Considera que se o
685 Prof. Associado Gustavo Saad Diniz tem uma intersecção maior da área do que ele não teria
686 problema. O **Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso diz** que não vê problema do Sr. Diretor integrar
687 a banca, porque um dos trabalhos tem envolvimento com a questão internacional, com a OIT, e
688 tem dois colegas, os Professores Associados Antônio Rodrigues Freitas Junior e Guilherme
689 Guimarães Feliciano e podemos, talvez pensar em um desses dois colegas para manter o Prof.
690 Associado Gustavo Saad Diniz. Diz que acabam de lhe esclarece que não pode haver mais 2
691 (dois) professores da casa, então mantém a proposta do Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
692 Velasco pelo nome do Prof. Titular Nelson Mannrich, que muito o honra nesse sentido no lugar
693 do Prof. Associado Gustavo Saad Diniz. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes**
694 **pergunta** se pode haver três suplentes da Unidade, pois na ausência de um titular subiriam 3
695 (três) professores da própria Unidade para titular. Considera que isso não pode. O **Prof.**
696 **Associado Gustavo Assed Ferreira sugere** que se ficarem apenas um titular da casa, o que
697 considera o ideal procedimentalmente, até para a Assistência Técnica Acadêmica trabalhar a
698 montagem efetiva da banca. Diz que oferece o seu nome na suplência para que seja substituído
699 por um docente externo a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto para que possam ficar com a
700 lógica de um membro titular da casa e um suplente da casa. O **Prof. Associado Nuno Manuel**
701 **Morgadinho dos Santos Coelho diz** que oferece seu nome também para substituição. O **Sr.**
702 **Diretor considera** que ainda precisariam de um suplente externo. O **Prof. Dr. Guilherme**
703 **Adolfo dos Santos Mendes diz** que contou 6 (seis) suplentes indicados pelo departamento
704 para esta banca. O **Sr. Diretor esclarece** que pelas sugestões apresentadas os titulares



705 seriam: Professor Titular Umberto Celli Junior, Professor Titular Nelson Mannrich (DTB-
706 FD/USP), Professor Associado Antônio Rodrigues Freitas Junior, Professor Associado
707 Guilherme Guimarães Feliciano e Professor Titular Pedro Paulo Teixeira Manus. Os suplentes
708 seriam: Professor Associado Gustavo Saad Diniz, Professor Associado Otávio Pinto e Silva,
709 Professor Agregado Mario Garmendia Arigon, Professor Titular Marco Antônio César Villatore.
710 O **Sr. Diretor reitera** que ainda falta a indicação de mais um professor externo para compor a
711 suplência da banca. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi sugere** o nome do Professor
712 Associado Gustavo Filipe Barbosa Garcia, que também é da área trabalhista. **A Congregação**
713 **aprova, por maioria dos presentes, o parecer favorável do relator, as inscrições das**
714 **candidatas, e, considerando que os Professores Associados Gustavo Assed Ferreira e**
715 **Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho declinaram da indicação, aprovou ainda a**
716 **indicação do Prof. Titular Nelson Mannrich como membro titular e o Prof. Associado**
717 **Gustavo Saad Diniz, como membro suplente, bem como a indicação do Prof. Titular**
718 **Gustavo Filipe Barbosa Garcia do UDF Centro Universitário e Livre Docente da FD/USP,**
719 **como membro suplente. A composição da Banca Examinadora ficou assim constituída:**
720 **Titulares: Professor Titular Umberto Celli Junior (DDP-FDRP/USP), Professor Titular**
721 **Nelson Mannrich (DTB-FD/USP), Professor Associado Antônio Rodrigues Freitas Junior**
722 **(DTB-FD/USP), Professor Associado Guilherme Guimarães Feliciano (DTB-FD/USP) e**
723 **Professor Titular Pedro Paulo Teixeira Manus (PUC-SP), Suplentes: Professor Associado**
724 **Gustavo Saad Diniz (DPP-FDRP/USP), Professor Associado Gustavo Filipe Barbosa**
725 **Garcia (FD/USP), Professor Associado Otávio Pinto e Silva (DTB-FD/USP), Professor**
726 **Agregado Mario Garmendia Arigon (Universidad de la República - Uruguai) e Professor**
727 **Titular Marco Antônio César Villatore (PUC-PR). 1.2. PROCESSO 2016.1.703.89.0 -**
728 **DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL.** Análise da inscrição e
729 Banca Examinadora do concurso para Livre-Docência, junto ao Departamento de Direito
730 Privado e de Processo Civil, Área de Direito Civil, Patrimonial e Existencial, nos termos do
731 Edital FDRP nº 29/2016. Candidatos inscritos: Professores Doutores Leonardo Estevam de
732 Assis Zanini e Marta Rodrigues Maffeis Moreira. Sugestão de Banca Examinadora aprovada
733 pelo Conselho do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil em 2.2.2017. Titulares:
734 Professora Associada Cíntia Rosa Pereira de Lima (DPP-FDRP/USP), Professora Titular Teresa
735 Ancona Lopes (Aposentada-FD/USP), Professora Associada Rosa Maria Barreto Borriello de
736 Andrade Nery (PUC/USP), Professora Titular Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (DCV-



737 FD/USP) e Professor Titular Newton de Lucca (DCO-FD/USP). Suplentes: Professora Associada
738 Maria Paula Costa Bertran Muñoz (DFB-FDRP/USP), Professora Associada Patrícia Faga
739 Iglecias Lemos (DCV-FD/USP), Professor Titular Carlos Alberto Dabus Maluf (DCV-FD/USP),
740 Professor Titular Rui Geraldo Camargo Viana (Aposentado-FD/USP) e Professor Titular
741 Gustavo José Mendes Tepedino (UERJ). **Parecer do relator**, Prof. Associado Víctor Gabriel de
742 Oliveira Rodríguez, pela Congregação, opinando favoravelmente às inscrições dos candidatos,
743 bem como à banca examinadora sugerida pelo Departamento.

744

745 **A Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, Prof. Associado Víctor**
746 **Gabriel de Oliveira Rodríguez, favorável à inscrição dos candidatos, bem como à**
747 **composição da Banca Examinadora, conforme segue: Titulares: Professora Titular**
748 **Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (DCV-FD/USP), Professora Associada Cíntia**
749 **Rosa Pereira da Lima (DPP-FDRP/USP), Professora Titular Teresa Ancona Lopes**
750 **(Aposentada-FD/USP), Professora Associada Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade**
751 **Nery (PUC/USP) e Professor Titular Newton de Lucca (DCO-FD/USP). Suplentes:**
752 **Professora Associada Maria Paula Costa Bertran Muñoz (DFB-FDRP/USP), Professora**
753 **Associada Patrícia Faga Iglecias Lemos (DCV-FD/USP), Professor Titular Carlos Alberto**
754 **Dabus Maluf (DCV-FD/USP), Professor Titular Rui Geraldo Camargo Viana (Aposentado-**
755 **FD/USP) e Professor Titular Gustavo José Mendes Tepedino (UERJ). 1.3. PROCESSO**
756 **2016.1.704.89.7 - DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO.** Análise da inscrição e Banca
757 Examinadora do concurso para Livre-Docência, junto ao Departamento de Direito Público, Área
758 de Direito Internacional, nos termos do Edital FDRP nº 35/2016. Candidato inscrito: Prof. Dr.
759 Rogério Duarte Fernandes dos Passos. Sugestão de Banca Examinadora aprovada pelo
760 Conselho do Departamento de Direito Público em 14.2.2017. Titulares: Professor Titular
761 Umberto Celli Junior (DDP-FDRP/USP), Professor Associado Gustavo Assed Ferreira (DDP-
762 FDRP/USP), Professor Associado André Lucirton Costa (RAD-FEARP/USP), Professor
763 Associado Alberto do Amaral Junior (DIN-FD/USP) e Professora Associada Deisy de Freitas
764 Lima Ventura (IRI/USP). Suplentes: Professor Associado Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez
765 (DDP-FDRP/USP), Professor Associado Gustavo Saad Diniz (DPP-FDRP/USP), Professor
766 Associado Vidal Serrano Nunes Junior (FD-PUC/SP), Professor Associado Gustavo Ferraz de
767 Campos Monaco (DIN-FD/USP) e Professor Titular Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
768 (IRI/USP). **Parecer do relator**, Prof. Associado Alessandro Hirata, pela Congregação, opinando



769 pelo deferimento da inscrição, bem como da banca sugerida pelo Departamento. A
770 **Congregação aprova, por maioria dos presentes, o parecer do relator, Prof. Associado**
771 **Alessandro Hirata, favorável à inscrição do candidato, bem como à composição da Banca**
772 **Examinadora, conforme segue: Titulares: Professor Titular Umberto Celli Junior - (DDP-**
773 **FDRP/USP), Professor Associado Gustavo Assed Ferreira (DDP-FDRP/USP), Professor**
774 **Associado André Lucirton Costa (RAD-FEARP/USP), Professor Associado Alberto do**
775 **Amaral Junior (DIN-FD/USP), Professora Associada Deisy de Freitas Lima Ventura**
776 **(IRI/USP). Suplentes: Professor Associado Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez (DDP-**
777 **FDRP/USP), Professor Associado Gustavo Saad Diniz (DPP-FDRP/USP), Professor**
778 **Associado Vidal Serrano Nunes Junior (FD-PUC/SP), Professor Associado Gustavo Ferraz**
779 **de Campos Monaco (DIN-FD/USP) e Professor Titular Pedro Bohomoletz de Abreu**
780 **Dallari (IRI/USP). 2. CREDENCIAMENTO CERT. 2.1. PROCESSO 2017.1.35.89.9 - CYNTHIA**
781 **SOARES CARNEIRO.** Solicitação de credenciamento junto à CERT – Comissão Especial de
782 Regimes de Trabalho, formulada pela interessada. Aprovada pelo Conselho do Departamento
783 de Direito Público em 14.2.2017, com base no parecer favorável do relator Prof. Dr. Guilherme
784 Adolfo dos Santos Mendes. **Parecer do relator**, Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos
785 Santos Coelho, pela Congregação, opinando favoravelmente à solicitação de credenciamento
786 junto à CERT – Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada pela interessada. A
787 **Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável à solicitação de**
788 **credenciamento junto à CERT – Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada**
789 **pela interessada. 3. ATIVIDADES SIMULTÂNEAS. 3.1. PROCESSO 2016.1.614.89.8 - PAULO**
790 **EDUARDO ALVES DA SILVA.** Pedido de autorização para a realização de atividades
791 simultâneas (consultoria), apresentado pelo interessado, para a função de consultor técnico do
792 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, Programa BRA 12/013), junto
793 ao Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, para desenvolver atividades voltadas no
794 âmbito da "Estratégia Nacional de Não Judicialização" (ENAJUD). Aprovado pelo Chefe do
795 Departamento de Direito Público e de Processo Civil em 21.12.2016. **Parecer do relator:** Prof.
796 Associado Gustavo Assed Ferreira, pela Congregação, opinando favoravelmente ao pedido de
797 autorização para a realização de atividades simultâneas, apresentado pelo interessado. A
798 **Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável ao pedido de**
799 **autorização para a realização de atividades simultâneas (consultoria), apresentado pelo**
800 **interessado. 3.2. PROCESSO 2012.1.362.89.5 - MARIA HEMÍLIA FONSECA.** Pedido de



801 autorização para a elaboração de um de estudo junto á Organização Internacional do Trabalho
802 (OIT), durante o período de janeiro a maio de 2017, intitulado "*Productive, transformation,*
803 *industrial policy, employment and industrial relations trends in tthe chemical and*
804 *pharmaceutical industries in Brazil.*" Aprovado pelo Chefe do Departamento de Direito Privado
805 e de Processo Civil em 25.01.2017. **Parecer do Relator:** Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias,
806 pela Congregação, opinando favoravelmente ao pedido de autorização para a realização de
807 atividades simultâneas, apresentado pelo interessado. **A Congregação aprova, por**
808 **unanimidade, o parecer do relator, favorável ao pedido de autorização para a realização**
809 **de atividades simultâneas apresentado pela interessada. 4. RELATÓRIO BIENAL DE**
810 **ATIVIDADES DOCENTES. 4.1. PROCESSO 2012.1.388.89. 4 - JULIANA OLIVEIRA**
811 **DOMINGUES.** Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente
812 ao período de 2014/2016. Aprovado ad referendum do Departamento de Direito Público em
813 13.1.2017, como base no parecer favorável da Prof^a Dr^a Eliana Franco Neme. **Parecer do**
814 **relator:** Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso, pela Congregação, opinando pela aprovação do
815 Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de
816 2014/2016. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias pede** desculpas por apresentar o parecer
817 somente hoje pela manhã. Esclarece que o parecer é favorável, e se trata de um pedido de
818 consultoria de uma organização internacional, agência especializada da ONU, dentro da área de
819 especialidade da docente, a docente está credenciada e não nada a se opor na atividade.
820 Cumprimenta a docente que até colabora com o processo de internacionalização da Faculdade.
821 **A Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável ao Relatório**
822 **Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de**
823 **2014/2016. 5. COMISSÃO COORDENADORA DE CURSO - CoC. 5.1. PROCESSO**
824 **2016.1.603.89.6 - FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO.** Minuta da criação da
825 Comissão Coordenadora do Curso de Direito da FDRP/USP. Aprovada pela Comissão de
826 Graduação em 23.11.2016, com base no documento elaborado pelo Prof. Dr. Caio Gracco
827 Pinheiro Dias. **Parecer do relator:** Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, pela
828 Congregação, opinando favoravelmente à sugestão da criação da CoC, com algumas
829 observações. O **Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz** que recebeu o processo da
830 Diretoria e fez algumas observações diante da Resolução CoG 5500. Diz que, no mérito geral é
831 totalmente favorável a Comissão de Coordenação de Curso, e até como ex-presidente da
832 Comissão de Graduação, lhe parece muito oportuna a criação da comissão, tanto por esse



833 momento de implantação de um novo Projeto Político Pedagógico, quanto pelo fato de que as
834 Comissões de Graduação tem assumido um número extremamente elevado de atividades que
835 impedem os presidentes de comissão de efetivamente dedicar mais tempo e atenção ao
836 andamento do curso a questões do dia a dia. Reitera que a COC será extremamente importante,
837 embora só tenha um curso de Graduação. Diz que fez uma análise da minuta elaborada pela
838 Comissão de Graduação a luz desse Resolução CoG 5500, e lhe parece que alguns pontos
839 precisam ser examinado por eles. Considera que uma primeira questão é que a resolução
840 solicita que na COC haja representação docente de outras unidades que ministrem disciplinas
841 no curso, e no esboço do regimento não há essa previsão. Pergunta se o Projeto Político
842 Pedagógico que está entrado em vigor tem uma presença alta de membros de outra unidade,
843 pois então terão que incluir uma representação externa. Considera que outra questão é do
844 mandato dos docentes, que se trata de uma adaptação do artigo 1º, parágrafo único da minuta,
845 que generaliza o mandato de 3 (três) anos. Esclarece que os mandatos de 3 (três) anos são dos
846 docentes e dos discentes apenas de 1 (um) ano. Diz que se trata de uma observação bem
847 simples. Uma segunda questão também relativa ao mandato é de que a resolução exige que os
848 mandatos não sejam coincidentes. Diz, ainda, não saber com podem prever isso, pois devem
849 compor a comissão com representantes dos departamentos também. Considera que isso é uma
850 questão de memória interna do Colegiado, pois se todos os membros saem de uma vez,
851 perderão a memória histórica do que estava sendo feito, por isso é importante uma renovação
852 gradual dos membros. Outro ponto seria a confusão que existe entre suplente e vice, pois faz-se
853 muito essa confusão na Universidade. Esclarece que a Resolução CoG não faz, indevidamente, a
854 menção a suplentes, pois toda comissão na Universidade deve ter suplente que é uma
855 decorrência do princípio da continuidade. Assim seria adequado incluir a previsão de
856 suplentes, pois se não há suplentes, quando um membro falta a comissão para. Um quinto
857 ponto, seria a respeito do vice-coordenador, onde o Regimento propôs que coordenador será
858 substituído, em seu impedimento, pelo seu suplente. Considera que isso gerar uma confusão,
859 pois o coordenador será substituído em suas funções fins, pelo vice-coordenador, a na sua
860 participação na reunião pelo suplente. Exemplifica que se o presidente da Comissão de
861 Graduação não pode comparecer ao CoG, quem o substitui é o vice. Comenta que com as
862 normativas novas, uma vez eleito o Diretor e o Vice-Diretor da Unidade, todas os presidente e
863 vice das comissões tem que ser reeleitos em ato subsequente. Diz ter a dúvida se a COC deveria
864 seguir esse modelo. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias esclarece** que o presidente da COC



865 não terá assento na Congregação, e a COC não é uma comissão estatutária, portanto não haverá
866 essa necessidade. O **Representante Discente Yan Bogado Funck diz** que os discente tem uma
867 questão para propor, que foi pauta deles, que é a proporção de 7 (sete) docentes por 3 (três)
868 discentes nas comissões. A LDB prevê essa proporção no artigo 56, parágrafo único, mas a USP,
869 como um todo se considera supra legal e não adota essa proporção. Comenta que por ser uma
870 comissão decorrente do novo Projeto Político Pedagógico, e que vai acompanhar sua
871 implantação, pedem para que a proporção nessa comissão seja de 30%, acrescentando uma
872 representante discente na comissão. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que
873 gostaria de fazer uma consideração de caráter geral e, talvez, responder a indagação do
874 Representante Discente Yan Bogado Funck. Em relação a criação da COC, considera, que em um
875 primeiro momento, questionou a necessidade da comissão, se seria um *bis in idem*, mas, depois
876 de ler o parecer do Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, considera que pode se pensar na
877 sua implantação. Diz que vai se abster nessa votação. Esclarece que, em relação ao comentário
878 do Representante Discente Yan Bogado Funck, apenas dando uma resposta técnica, não se trata
879 da Universidade de São Paulo se sentir supralegal, existe uma série de questões jurídicas, como
880 a autonomia universitária. Considera que essa questão da representação discente é recorrente,
881 é legítima, mas a Universidade tem regimentos próprios, e a opção que o Prof. Dr. Caio Gracco
882 Pinheiro Dias colocou em sua proposta é aquela que esta em acordo com a normativa da
883 Universidade. O **Prof. Dr. Camilo Zufelato diz** que, sobre esse tema específico da
884 representação discente, se lembra que já enfrentou, desde o início dos primeiros trabalhos
885 dessa Faculdade, essa discussão. Considera que esse argumento da autonomia universitária
886 sempre foi tratado, efetivamente, como definitivo para que não utilizassem o percentual que é
887 da legislação federal. Assim como também já discutiram, nesta mesma Congregação, outros
888 assuntos, como por exemplo, a transmissão on-line das reuniões de Colegiados, que sempre foi
889 considerado um tema de que eram reuniões fechadas. Comenta que já defendia que dessem
890 outro caráter de publicidade a essas reuniões. Considera que perderam a oportunidade,
891 naquele momento, de ser, pelo menos, uma das primeiras experiências que fossem nesse
892 sentido. Considera, ainda, que estão diante de mais uma oportunidade da Faculdade de Direito
893 de Ribeirão Preto rever um assunto bastante delicado em toda a Universidade de São Paulo.
894 Diz que sabem que isto é pouco perto do a representação discente tem nos outros colegiados
895 da Universidade. Mas uma discussão um pouco mais séria sobre até onde a autonomia
896 universitária é efetivamente um impeditivo para que as unidades reflitam sobre a aplicação do



897 percentual da LDB, será uma contribuição que uma Faculdade de Direito poderia dar para toda
898 a Universidade de São Paulo. Diz que concorda com esse pleito dos alunos, especificamente no
899 que diz respeito a COC, inclusive porque isso é uma espécie de reconhecimento do trabalho que
900 os alunos tiveram no processo de discussão interna do novo Projeto Político Pedagógico.
901 Sugere que esse tema fosse vislumbrado com um pouco mais de profundidade, talvez até por
902 uma comissão designada nessa Faculdade para que discutissem essa questão, pois inclusive,
903 seja um dos temas que, talvez, a Universidade precisasse rever. O **Prof. Titular Ignácio Maria**
904 **Poveda Velasco diz** que concorda com o Prof. Dr. Camilo Zufelato em gênero, número e caso, e
905 lembra que deu uma resposta técnica, sem entrar no mérito. Pontua que no conceito do
906 paralelo que o professor fez com as transmissões das reuniões do Colegiado é válido, mas
907 juridicamente falando, naquela época não tinham um permissivo autorizando, que agora existe,
908 e essa reunião está sendo transmitida. Considera que no momento em que a própria Faculdade
909 possa fazer uma proposta e ser encaminhada a CLR, isso é muito bom e válido, mas nesse
910 momento em que há uma normativa válida seria mais adequado respeitá-la. Diz que manter
911 uma alteração que não tem acolhida no Regimento da Universidade pode lhes causar
912 problemas futuros. Considera que é melhor começarem certo e depois propõem que a
913 Universidade repense suas regras. No tema na autonomia, diz que é realmente um assunto que
914 se aplica a uma porção de coisas, e não somente à percentuais da LDB, mas também se aplica a
915 exigências, por exemplo, que o MEC está fazendo no tocante a diplomas e reconhecimento.
916 Considera que nesse particular podem entender que é bom seguir essa orientação, mas em
917 outras coisas não. Reitera que o tema da autonomia interfere em muitas coisas e protegem a
918 Universidade de normativas que, muitas vezes, são constantemente mutantes no âmbito
919 federal e enquanto não fazem parte do sistema de ensino superior federal, existe controvérsia
920 sobre o que os afeta. A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi manifesta** sua concordância total
921 com a representação discente, pois precisam deles para poder tocar a COC. Comenta que foram
922 os alunos, em percentual maior do que 70% que elaboraram toda a discussão e o processo de
923 redação e criação do Projeto Político Pedagógico que está em vigência. Comenta, também, que
924 houve o empenho de muitos docentes da Faculdade também, mas reitera que precisam dos
925 alunos, pois é ético e principiologicamente. Considera que é justo e salutar para o andamento da COC.
926 O **Sr. Diretor considera** que há um parecer do Prof. Associado Thiago Marrara de Matos
927 favorável a implantação da COC, desde que atendidas algumas das observações que fez.
928 Considera, ainda, outra questão é verificar a oportunidade desse Colegiado aprovar a



929 realização de um estudo que possa resultar em uma proposta que possa ser encaminhada a
930 CLR aumentando o percentual de participação da representação discente. O **Prof. Dr. Caio**
931 **Gracco Pinheiro Dias comenta** que para discutirem essa questão, quando foi elaborada a
932 minuta, em relação a composição da COC não havia a previsão de suplentes. Esclarece que a
933 ideia foi justamente evitar uma comissão muito grande, pois já existe um acúmulo de funções
934 para os docentes da casa. Diz que concorda com o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos de
935 que a presença de suplentes é necessária para evitar soluções de continuidade. Reconhece que,
936 em relação ao termo suplente da presidência, houve um erro na formulação da proposta, e o
937 correto é falar do vice-coordenador. Diz que está editando a minuta para atender essas
938 sugestões. Quanto à presença dos representantes discentes, também é favorável a proposta.
939 Esclarece que sua única preocupação é de que a criação da COC é regulada pela Resolução CoG
940 5500 de 2009 que estabelece em 20% o percentual de representação discente. Esclarece,
941 ainda, que a COC não é criada pela Unidade, nem pela Comissão de Graduação, mas pelo
942 Conselho de Graduação, e deliberaram no Projeto Político Pedagógico por ter uma COC.
943 Considera que isso significa que o novo Projeto Político Pedagógico obriga a Comissão de
944 Graduação propor ao Conselho de Graduação a criação da COC, mas que a criar é o Conselho
945 com base em uma proposta elaborada pela Unidade, bem como a na Resolução. Reitera que não
946 vê problemas em mandar uma proposta para o CoG contendo dois alunos. Esclarece que hoje a
947 composição da COC prevê 4 (membros) docentes, sendo 1 (um) de cada departamento, além de
948 um membros da Comissão de Graduação e 1 (um) representante discente, o que corresponde
949 aos 20% exigidos pela Resolução 5500. Considera que se ampliarem a participação com dois
950 discentes, teriam um composição de 6 (seis) membros no total a o representação discente
951 equivaleria a 1/3 (um terço - 33%) do total. Reitera que não vê problemas com isso, mas diz
952 não saber se isso, quando chegar no CoG, vai ser alterado depois. Em relação aos professores
953 externos, considera que seria interessantes, mas, efetivamente, a participação dos docentes
954 externos no programa da Faculdade não lhe parece tão ampla a ponto de justificar um docente
955 externo. Esclarece que, basicamente, o que tem de docente externo são os docentes da FEARP,
956 que ministram 2 (duas) disciplinas optativas, 1 (uma) disciplina da FMRP, 1 (uma) disciplinas
957 da FFCLR, também optativa. Reitera que dentro do quadro a proporção é pequena para
958 justificar uma representação de docente externo. O **Sr. Diretor consulta** o Colegiado quanto a
959 inclusão de 1 (um) representante discente na minuta de criação da Comissão Coordenadora de
960 Curso. O **Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias diz** que seguindo as sugestões do Prof.



961 Associado Thiago Marrara de Matos, incluiu a previsão de um suplente para cada membro da
962 comissão. Alterou a quantidade de representantes discentes de 1 (um) para 2 (dois). Para
963 atender a renovação do Colegiado pelo terço foi inserida a previsão, no momento de instalação
964 da COC, os mandatos dos membros serão de 1 (um), 2 (dois) e 3 anos, determinada por sorteio
965 a duração do mandato de cada um. Esclarece que foi incluída a previsão do coordenador e vice-
966 coordenador serem eleitos nos termos do artigo 6º da Resolução CoG 5500. Houve também
967 uma alteração no parágrafo primeiro para estabelecer que nos impedimentos do coordenador
968 o vice assume. **A Congregação aprova, por maioria dos presentes, o parecer do relator,**
969 **favorável à Minuta da criação da Comissão Coordenadora do Curso de Direito da**
970 **FDRP/USP, com algumas observações, as quais foram incorporadas pelo relator durante**
971 **a sessão. 6. CONCESSÃO DE CARGO DOCENTE. 6.1. PROTOCOLADO 2017.5.40.89.0 -**
972 **FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO.** Programa para abertura de concurso para
973 provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, RDIDP, junto ao Departamento de Direito
974 Público, na Área de Direito Econômico e Financeiro. Aprovado *ad referendum* do Conselho do
975 Departamento de Direito Público, com base no parecer favorável da Profª Drª Juliana Oliveira
976 Domingues. **Parecer do relator:** Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, pela Congregação,
977 manifestando-se favoravelmente a aprovação do programa proposto pelo Departamento. O
978 **Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz** que analisando o artigo 125 § 1º do
979 Regimento, o departamento deve fazer a indicação inicial dos pontos para confecção do Edital,
980 então estão aprovando a matéria-prima do Edital. Esclarece que a Profª Drª Juliana Oliveira
981 Domingues apresentou 20 (vinte) pontos divididos em sua metade com assuntos de Direito
982 Econômico e Direito Financeiro. Considera bastante adequado, não se opõe a aprovação. Diz
983 que a sua dúvida é que eles têm a tradição de indicar os conteúdos de disciplinas ou já indicam
984 os pontos para o Edital. Diz não saber se estão aprovando algo contrário a tradição de Editais
985 da Faculdade. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira diz** que isso vai contra a tradição da
986 Faculdade. Considera que isso é bom, pois sua tradição era equivocada e generalista ao
987 extremo, além de deixar os candidatos em uma situação que não é normal na USP. Esclarece
988 que o normal é que se tenha 20 (vinte) ou 30 (trinta) pontos. Considera, ainda, que essa
989 mudança de rumo é salutar. Reitera que vão contra uma tradição, mas que em boa hora vem
990 ser alterada. O **Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz** que sua dúvida jurídica é de
991 que, como base no programa, o presidente da Banca selecionará os pontos, e teme que
992 futuramente um professor possa dizer que a disciplina não era programa do concurso, e não é



993 obrigado a ministrar essas aulas. Considera que quando inserem no Edital a ementa completa da
994 disciplina como ela está cadastrada no Júpiter pode determinar que o professor ministre todas
995 aquelas disciplinas, sendo responsabilidade definir os pontos. Diz que gostou da maneira como
996 está, mas ficou com essa dúvida. O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira considera** que o
997 que vincula o docente a disciplina da sua cadeira é o que está no Júpiter e o docente não
998 poderá dizer que não estava no Edital. Diz que a dúvida do Prof. Associado Thiago Marrara de
999 Matos é pertinente, mas não se mantém. Reitera que o docente não pode dizer que só fez a
1000 prova para esses 20 (vinte) pontos, e não poderá questionar, pois ele fez a prova conhecendo o
1001 conteúdo da cadeira pela qual ele concorreu ao cargo público. Considera que foi cobrado dele
1002 no Edital os 20 (vinte) pontos, e as duas questões são de natureza distintas. Comenta que é
1003 uma tradição da USP criar um arcabouço de pontos para depois tirar os 20 (vinte) pontos para
1004 prova escrita e didática, ou como já fizeram em outros momentos, escolher 11 (onze) pontos,
1005 sendo 10 (dez) utilizados na prova escrita, e o sorteado é substituído. Comenta, ainda, que não
1006 é uma tradição deles, mas de boa parte da USP, e é salutar a lembrança da Prof^a Dr^a Juliana
1007 Oliveira Domingues. O **Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco diz** que gostaria de
1008 levantar uma questão meramente formal de que, na verdade, não estão falando de concurso
1009 público para preenchimento de cargo. Esclarece que há dois tipos de cargos na Universidade,
1010 sendo o cargo de Professor Doutor e o cargo de Professor Titular. Esclarece, ainda, que a
1011 Comissão de Claros Docentes tem esse nome e manteve esse nome, e houve um tempo que na
1012 Faculdade se confundia cargo com claro. Esclarece, também, que o termo claro é utilização para
1013 designar o numerário, a verba que é necessária para você colocar um cargo em concurso e
1014 poder supri-lo. Comenta que na Comissão de Claros Docentes avaliaram que como também
1015 deliberar sobre contratações temporárias que não são cargo optaram por manter a
1016 denominação. Em relação à questão levantada pelo Prof. Associado Thiago Marrara de Matos,
1017 considera verdade que o professor é obrigado a lecionar todo o conteúdo que figura no Júpiter,
1018 relativo aquela área para qual ele prestou o concurso, mas tem visto na Universidade docentes
1019 que tem entrado na justiça para dizer que no programa do concurso que prestaram não
1020 estavam as disciplinas que lhe atribuíram aulas. Considera, ainda, que essa ideia de colocar o
1021 programa todo das disciplinas é mais uma cautela, pois baseado no programa, como disse o
1022 Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, a Banca extrairá uma lista de pontos. Considera,
1023 também, que não há mal em colocar todo o conteúdo no programa do Edital. Diz isso baseado
1024 em sua experiência, naquilo que tem visto acontecer em termos de judicialização na Faculdade.



1025 O **Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira diz** ter um pouco de dificuldade com regras
1026 quando os realiza para quem não cumpre o seu mister. Considera que, normalmente, a regra é
1027 feita para quem a cumpri, e a sanção para quem não a cumpri. Ainda que concorde com o Prof.
1028 Titular Ignácio Maria Poveda Velasco que se trata de uma cautela, partem do pressuposto e que
1029 o nosso futuro docente ingressará na justiça. Considera que o Edital fica muito mais claro se o
1030 docente sabe o que foi pinçado dentro do conjunto de disciplinas que eventualmente pode cair
1031 na prova. Considera, ainda, que o número de 20 (vinte) pontos lhe parece ser um número
1032 adequado para que um candidato em uma vaga para uma área tão vasta como econômico e
1033 financeiro possa se preparar dignamente. Comenta que as vezes ouvem dos candidatos que não
1034 sabiam nem como estudar para o seu concurso, pois o conjunto de disciplinas que abarcava era
1035 tão extenso, e decidiu não estudar para nada. Considera que, talvez, isso trouxesse um
1036 adensamento de preparação para o candidato, para que ele possa ser cobrado
1037 condizentemente, de uma maneira dura. Reitera ser mais adequado manter a proposta da Prof^a
1038 Dr^a Juliana Oliveira Domingues, e a preocupação do Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco
1039 de uma eventual ação judicial é real, mas o Edital não vincula de modo algum, tecnicamente
1040 falando, o que o professor vai lecionar. Esclarece que isso pode ser alterado no tempo, desde
1041 que, meramente, se crie uma disciplina, ou mude seu conteúdo. O **Sr. Diretor pondera** que há
1042 uma proposta de aprovar integralmente o parecer do Prof. Associado Thiago Marrara de
1043 Matos, que segue o parecer da Prof^a. Dr^a Juliana Oliveira Domingues. O **Prof. Titular Ignácio**
1044 **Maria Poveda Velasco diz** que não se importa com o que escolherem, não é essa questão, mas
1045 o que lhe preocupou foi um comentário feito pelo Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira.
1046 Lembra que o professor falou em adensamento de preparação do candidato para o concurso.
1047 Considera que se haver uma lista de pontos pode ser até mais fácil de se preparar, mas uma vez
1048 professor, ele vai ter que lecionar todo o conteúdo programático e sinceramente, não vê qual o
1049 problema em por o conteúdo todo no Edital. Comenta que gostariam de ter um professor que
1050 mostre conhecimento em todo o programa para o qual está concorrendo, pois vai ter que
1051 lecionar aquilo. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes diz** que a Prof^a Dr^a Juliana
1052 de Oliveira Domingues tem uma preocupação com a qual ele comunga que são os concursos de
1053 Livre-Docência. Comenta que nos concursos de Livre-Docência algumas áreas têm um
1054 problema mais tranquilo e outras muito mais extensos. Pondera se não seria salutar
1055 padronizar os concursos de Livre-Docência e definir uma quantidade de pontos para todos. Diz
1056 que estaria de acordo. Considera que para o concurso de Professor Doutor, talvez não seja a



1057 mesma lógica e não precise disso, pois há uma concorrência somente na área, e somente um vai
1058 passar. Considera, ainda, que parecer da Prof^a Dr^a Juliana Oliveira Domingues vem com essa
1059 questão da Livre-Docência, e defende nessa Congregação que seja padronização. Reitera que
1060 nos concursos para Professor Doutor não vê mal em manter o conteúdo, pois o professor terá
1061 que ministrar o programa todo. **A Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do**
1062 **relator, no que tange ao apontamento base do concurso. Com relação ao programa para**
1063 **abertura de concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, RDIDP,**
1064 **junto ao Departamento de Direito Público, na Área de Direito Econômico e Financeiro**
1065 **deliberou por maioria dos presentes, constar em edital o conteúdo completo das**
1066 **disciplinas base do referido concurso, conforme segue: Disciplina: DDP4201 - Direito**
1067 **Econômico. 1. Teorias do Direito Econômico. Conceitos Básicos. 2. Direito Econômico e**
1068 **sua relação com a Macroeconomia e Microeconomia. 3. Política Econômica e Direito**
1069 **Econômico. 4. Regimes de Mercado. 5. Constituição Dirigente, Constituição Econômica e**
1070 **Ordem Econômica. 6. A Proteção Constitucional à Livre Iniciativa. 7. A relação entre a**
1071 **livre iniciativa e a livre concorrência. 8. Economia Monetária e Economia Internacional.**
1072 **9. Desenvolvimento Econômico. 10. O Direito de Propriedade e a Função Social da**
1073 **Propriedade. 11. Regulação da Atividade Econômica. Disciplina: DDP6261 - Teoria da**
1074 **Regulação Econômica e Organização Industrial. 1. Origem e fundamentos da regulação.**
1075 **2. Objetivos e formas da regulação. 3. Regulação das macro-externalidades. 4. Princípios**
1076 **regulatórios. 4.1. Redistributivo. 4.2. Concorrencial. 4.3. Cooperativo - auto-regulação. 5.**
1077 **A regulação do poder econômico. 6. O poder e suas várias manifestações jurídicas. 7.**
1078 **Regulação dos monopólios. 8. Regulação preventiva de monopólios. 9. Setores**
1079 **regulados. 9.1. Telecomunicações. 9.2. Energia elétrica. 9.3. Gás e Petróleo. 9.4.**
1080 **Saneamento básico. 9.5. Outros. 10. Disciplina jurídica da concorrência. 11. Mercado**
1081 **relevante. 11.1. Posição dominante. 12. Acordos verticais e horizontais. 13.**
1082 **Concentrações. 14. Regulação, intervenção e bem-estar social. Disciplina: DDP7201 -**
1083 **Direito Concorrencial. 1. Princípios e Regras Constitucionais Estruturantes do Direito**
1084 **Antitruste. 1.1 Princípios da ordem econômica. 1.2 A relação entre os princípios da**
1085 **livre-iniciativa e da livre concorrência. 2. Breve História e Evolução do Direito**
1086 **Concorrencial (Antitruste). 2.1 Antecedentes 2.2 Formação de normas concorrências no**
1087 **Brasil. 2.3 O controle antitruste na teoria jurídica e na teoria econômica. 2.3.1 A Escola**
1088 **de Harvard. 2.3.2 Escola de Chicago. 2.3.3 A Escola de Freiburg. 2.3.4 Regra per se e a**



1089 regra da razão. 3. Etapas da Análise Antitruste. 3.1 Mercado relevante. 3.2 Parcela
1090 substancial do mercado, poder de mercado e posição dominante. 3.3 Probabilidade de
1091 exercício de poder de mercado. 3.4 Barreiras à entrada. 3.5 Rivalidade 3.6 Eficiências
1092 econômicas. 4. Controle de Estruturas. 4.1 Hipóteses legais. 4.2 Sanções por infrações a
1093 normas específicas. 4.3 Enganosidade, recusa, omissão ou retardamento injustificado de
1094 informações. 4.4 Atos de concentração econômica. 4.5 Critérios de incidência. 4.6
1095 Procedimentos de análise de atos de concentração. 4.7 Intervenção de terceiros
1096 interessados e impugnações. 4.8 Decisões e Acordos em Atos de Concentração (ACCs). 5.
1097 Controle de Condutas. 5.1 As hipóteses legais de infrações antitruste. 5.2
1098 Responsabilidade na Lei Antitruste. 5.3 Abuso de posição dominante. 5.4 Os acordos
1099 entre concorrentes. 5.5 Cartéis. 5.6 Paralelismo de conduta e o plus fator. 5.7 Acordos de
1100 leniência. 5.8 Reparação de Danos por Práticas Anticoncorrenciais no Brasil. 6. A
1101 Promoção Internacional do Antitruste. 6.1 Plano Internacional Multilateral. 6.2 Plano
1102 Bilateral e Regional. 7. Estudo de Casos. Disciplina: DDP7263 - Mercado de Capitais 1.
1103 Companhias abertas e fechadas. 1.1. Companhias abertas e Mercado de Capitais. 2.
1104 Mercado de Capitais: origem, evolução e função econômica. 3. Mercado de Capitais:
1105 princípios informadores. 3.1. Informação completa e livre formação de preço. 4.
1106 Mercado de Capitais: estrutura regulatória. 4.1. Regulação: CMN, BACEN, CVM e
1107 Sociedades Corretoras. 5. Mercado de Capitais: estrutura regulatória. 5.1. Entidades
1108 Auto-reguladoras: Bolsas e Companhias de Liquidação. 6. Mercado de Capitais e Direito
1109 Societário. 7. Informação e mercado. 7.1. Insider Trading. 7.2. Transparência nas
1110 companhias abertas. 7.3. Conceito de informação relevante e suas exceções. 8. Valores
1111 mobiliários: conceitos e espécies. 9. Valores mobiliários. 9.1. Derivativos. 10.
1112 Securitização e Fundos de Investimento. 11. Abertura de Capital. 12. Prospecto. 12.1.
1113 Requisitos formais e outras questões econômico-jurídicas. 12.2. Poder de controle no
1114 mercado. Prêmio, Alienação e Oferta Pública. 13. Poder de controle. 13.1. Controle
1115 minoritário e capital pulverizado. 13.2. Consequências e mecanismos de proteção contra
1116 tomadas hostis (poison pills). 14. Fechamento de capital. 14.1. Função econômica e base
1117 normativa. 15. Novas perspectivas. 15.1. Novo mercado, interesse público e privado,
1118 globalização dos mercados. Disciplina: DDP8261 - Finanças Públicas do Orçamento. 1. A
1119 Atividade Financeira do Estado. Ciências das Finanças e Direito Financeiro. História e
1120 Evolução do Direito Financeiro. 2. Política Financeira: Teorias, Finalidades e



1121 **Instrumentos. 3. Receita Pública. Conceito e Classificações. 4. Federalismo Fiscal e Pacto**
1122 **Federativo. Discriminação de Rendas. Os Fundos Constitucionais. 5. Despesa Pública.**
1123 **Conceito. Características e Classificações. Execução da Despesa Pública. 6. Crédito**
1124 **Público. Empréstimos Públicos. Dívida Pública Interna e Externa. Títulos Públicos. 7.**
1125 **Orçamento: Conceito, Natureza Jurídica e Funções. 8. Os Princípios Constitucionais**
1126 **Orçamentários. 9. Normas Gerais de direito Financeiro. A Lei 4.320/1964 e a Lei de**
1127 **Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). 10. O Ciclo Orçamentário: Elaboração do**
1128 **Orçamento. Orçamento participativo. O Processo Legislativo Orçamentário. A Execução**
1129 **Orçamentária. 11. Orçamento e Planejamento: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes**
1130 **Orçamentárias e o Orçamento Anual. 12. A Fiscalização Financeira e Orçamentária.**
1131 **Controle Interno. Controle Externo. Os Tribunais de Contas. Responsabilização dos**
1132 **Agentes Públicos. Controle Social do Orçamento.** Nada mais havendo a tratar, o **Sr.**
1133 **Presidente agradece** a presença de todos e dá por encerrada a reunião às 17h10. Do que, para
1134 constar, eu, **Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco**, Assistente Técnica
1135 Acadêmica, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos senhores Conselheiros presentes
1136 à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, 10 de março
1137 2017.